

ANO ECONÓMICO DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

MUNICÍPIO DA LOUSÃ



ÍNDICE

PÁGINAS

1. INTRODUÇÃO	7
2. COMPONENTE ORÇAMENTAL	7
2.1. Análise do Orçamento	7
2.1.1. Orçamento da Receita	7
2.1.1.1. Receita Corrente Bruta	8
<i>2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos</i>	<i>9</i>
<i>2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos</i>	<i>11</i>
<i>2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades</i>	<i>13</i>
<i>2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade</i>	<i>16</i>
<i>2.1.1.1.5. O valor das Transferências Correntes Obtidas</i>	<i>17</i>
<i>2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes</i>	<i>19</i>
<i>2.1.1.1.7. As Outras Receitas</i>	<i>21</i>
2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas	23
2.1.2. Orçamento da Despesa	26
2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica	26
2.1.2.2. Desagregação da Despesa Por Económica	28
<i>2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente</i>	<i>29</i>
<i>2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município</i>	<i>32</i>
2.2. Análise às Grandes Opções do Plano	35
2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos	35

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes	37
2.3. A Execução Orçamental	39
2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita	39
2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa	40
2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental	41
3. COMPONENTE PATRIMONIAL	43
3.1. A Demonstração de Resultados	43
3.1.1. Os Custos e Perdas do Município	43
3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município	45
3.1.3. Os Resultados do Município	46
3.2. O Balanço	48
3.2.1. O Ativo	48
3.2.2. O Passivo	49
3.2.3. Os Fundos Próprios	50
3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros	51
3.4.1 As Dívidas De e a Terceiros	52
3.4.2. O Endividamento Municipal	54
3.4.3 Os Pagamentos em Atraso	55
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	56
5. RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO AO PAEL	69
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	73
7. CONTABILIDADE DE CUSTOS	74

GRÁFICO N.º 1 – “Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2015”_____	9
GRÁFICO N.º 2 – “Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2015”_____	10
GRÁFICO N.º 3 – “Evolução dos Impostos Diretos no período de 2013 a 2015”____	11
GRÁFICO N.º 4 – “Análise aos Impostos Indiretos no período de 2013 a 2015”____	12
GRÁFICO N.º 5 – “Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2015”_____	13
GRÁFICO N.º 6 – “Valores das Taxas no exercício de 2015”_____	14
GRÁFICO N.º 7 – “Evolução das Taxas Cobradas no Quadriênio de 2013 a 2015”_____	14
GRÁFICO N.º 8 – “Valores Cobrados, no exercício de 2015, de Multas e Outras Penalidades”_____	15
GRÁFICO N.º 9 – “Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2013 a 2015”_____	16
GRÁFICO N.º 10 – “Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2015”_____	17
GRÁFICO N.º 11 – “Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2015”_____	18
GRÁFICO N.º 12 – “Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2013 a 2015 ”_____	19
GRÁFICO N.º 13 – “Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2015”_____	20
GRÁFICO N.º 14 – “Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2013 a 2015”_____	21
GRÁFICO N.º 15 – “Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2015”_____	22
GRÁFICO N.º 16 – “As Receitas de Capital obtidas em 2015”_____	24
GRÁFICO N.º 17 – “Evolução do Capítulo Transferências de Capital”_____	25
GRÁFICO N.º 18 – “Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas”_____	27
GRÁFICO N.º 19 – “Evolução da Despesa Corrente, de 2013 a 2015”_____	29

GRÁFICO N.º 20 – “As Despesas de Capital do exercício de 2015”	34
GRÁFICO N.º 21 – “Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2013 a 2015”	34
GRÁFICO N.º 22 – “Níveis de execução da Receita no exercício de 2011 a 2015”	39
GRÁFICO N.º 23 – “Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2011 a 2015”	40
GRÁFICO N.º 24 – “Evolução dos Resultados do Município no exercício de 2011 a 2015”	47
GRÁFICO N.º 25 – “Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2011 a 2015”	52
GRÁFICO – “ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES”	75

ÍNDICE DE QUADROS

PÁGINAS

QUADRO N.º 1 – “O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2015”_____	35
QUADRO N.º 2 – “As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2015”_____	37
QUADRO N.º 3 – “Os Custos e Perdas Operacionais do exercício de 2013 a 2015”_____	43
QUADRO N.º 4 – “Estrutura de Custos e Perdas do exercício de 2013 a 2015”_____	44
QUADRO N.º 5 – “Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais do exercício de 2013 a 2015”_____	45
QUADRO N.º 6 – “Os Proveitos e Ganhos do exercício de 2013 a 2015”_____	45
QUADRO N.º 7 – “Os Resultados do exercício de 2013 a 2015”_____	47
QUADRO N.º 8 – “O Ativo nos períodos de 2013 a 2015”_____	48
QUADRO N.º 9 – “O Imobilizado Bruto do exercício de 2013 a 2015”_____	49
QUADRO N.º 10 – “O Passivo do Município em 2013 a 2015”_____	49
QUADRO N.º 11 – “Valores dos Fundos Próprios do Município em 2013 a 2015”_____	50
QUADRO N.º 12 – “Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2011 a 2015”_____	51
QUADRO N.º 13 – “As Dívidas De Curto Prazo do período de 2013 a 2015”_____	52
QUADRO N.º 14 – “As Dívidas A Curto Prazo do período de 2013 a 2015”_____	53
QUADRO N.º 15 – “Limite da dívida impostos por Lei”_____	54
QUADRO N.º 16 – “Evolução do Prazo Médio de Pagamentos”_____	55
QUADRO N.º 17 – “Ativo Bruto/Imobilizado Bruto”_____	60
QUADRO N.º 18 – “Amortização e Provisões”_____	61
QUADRO N.º 19 – “Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem Anexo ao Balanço”_____	66
QUADRO N.º 20 – “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas”_____	66
QUADRO N.º 21 – “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”_____	67
QUADRO N.º 22 – “Demonstração da Variação da Produção”_____	67
QUADRO N.º 23 – “Demonstração dos Resultados Financeiros”_____	68
QUADRO N.º 24 – “Demonstração dos Resultados Extraordinários”_____	68

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO AO PAEL	69
QUADRO N.º I - "SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO"	69
QUADRO N.º II - "EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA"	70
QUADRO N.º III – "MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP "	72
CONTABILIDADE DE CUSTOS	75
QUADRO – "ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES"	75

NOTA INTRODUTÓRIA

Tendo em consideração as normas legais, nomeadamente a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o Decreto – Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL)) e tendo também em consideração a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, submetemos a vossa excelência os documentos que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2015.

O exercício em análise continuou a ser caracterizado por múltiplos desafios em todo o sector público e particularmente nas autarquias.

Relativamente ao período 2014/2015 verifica-se uma diminuição global da Receita de 11,49%.

Entendemos relevante que tenhamos atingido, no ano de 2015, 93% de execução global do orçamento da receita - com um montante de cerca de 12,9 milhões de euros arrecadados - o que significa que se atingiu a segunda maior taxa de execução de sempre e que se superou os 85% de execução, que é o valor mínimo de referência para o cumprimento do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Verifica-se também que a execução da despesa aumentou de 2014 para 2015, traduzindo-se num aumento da execução global de 83,49% para 89,89%.

O nível de execução relativo aos investimentos também aumentou de 69,27% para 86,02%, atingindo cerca de 3,2 milhões de euros em 2015.

Relativamente as Grandes Opções do Plano, verifica-se a importância dada às funções sociais tendo-se executado cerca de 4,9 milhões de euros, que correspondem a 35% do orçamento municipal.

Estes dados confirmam a alteração do paradigma de gestão das autarquias locais, com a despesa a ser direccionada essencialmente para as despesas nas funções sociais, onde também estão incluídos o abastecimento de água, saneamento e resíduos.

Analisando a situação económica e financeira do Município, verifica-se uma estabilização do volume de proveitos relativamente ao ano anterior e uma igual estabilização do valor global dos custos.

Com estas variáveis estabilizadas e com a melhoria do Resultado Operacional e do Resultado Corrente conseguiu-se atingir pela segunda vez um Resultado Líquido do Exercício positivo de 267.858,27€, sendo que também o Cash-flow operacional foi bastante positivo com cerca de 3 milhões de euros e o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foi igualmente positivo em cerca de 2,47 milhões de euros.

Relativamente às dívidas a terceiros temos conseguido uma redução significativa, gradual e consistente. No ano de 2015 diminuiu bastante passando de 7,6 milhões de euros para 6,23 milhões de euros, diminuindo cerca de 1,4 milhões de euros (18%).

No ano em análise o Município da Lousã estabilizou os indicadores económico - financeiros, cumpriu todos os limites legais de endividamento, não tem pagamentos em atraso e diminuiu o prazo médio de pagamentos de 58 para 45 dias.

2

Finalmente é importante salientar que o ano de 2015 apresenta pela primeira vez uma análise dos custos das funções municipais através da Contabilidade de Custos e que essa análise permitiu concluir que 68% dos custos municipais são direcionados para as Funções Sociais.

Entendemos que, tendo em conta o contexto sócio – económico que vivemos e às alterações de regras de gestão ocorridas durante os últimos anos, os dados constantes dos documentos refletem, da parte do executivo e dos serviços da autarquia, particularmente da Divisão Administrativa e Financeira, rigor, capacidade, sensibilidade e determinação no cumprimento dos objetivos, nomeadamente ao nível do desempenho orçamental, económico e financeiro da autarquia.

Lousã, 15 de abril de 2016

Presidente da Câmara Municipal da Lousã

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às normas legais, tais como a i) do n.º 1 do artigo 33.º, bem como à alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o Decreto – Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, isto é, o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) e de acordo com da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, é da competência do órgão executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

A elaboração dos documentos que compõem a Prestação de Contas têm como princípio orientador espelhar uma imagem verdadeira, apropriada e aderente à realidade das situações económico – financeira e patrimonial, bem como, dos resultados obtidos pelo Município da Lousã, visando a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores.

Em relação ao Relatório de Gestão, inicialmente será apresentada a componente orçamental, sendo efetuada a comparação entre as previsões e as dotações com os valores realizados, e a sua evolução no período de 2013 a 2015. De seguida, será analisada a componente patrimonial onde serão comentadas as demonstrações financeiras, o endividamento e as dívidas a terceiros. Finalmente será feita uma análise de gestão ao apuramento dos Custos e Proveitos por Funções, Bens e Serviços através da Contabilidade de Custos.

2. COMPONENTE ORÇAMENTAL

O processo da componente Orçamental começa com a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, onde são contempladas todas as receitas que o Município prevê arrecadar e as despesas que pretende realizar durante o exercício económico. Durante o exercício são efetuados os ajustamentos necessários e, no final do exercício é analisada a execução dos documentos em causa.

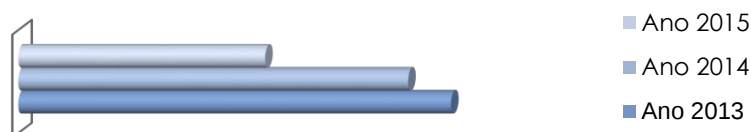
2.1. Análise ao Orçamento

2.1.1. Orçamento da Receita

A Receita Bruta Cobrada no período de 2013 a 2015, registou uma diminuição de 14,44%, representando uma diminuição de 2.175.216€. Em 2015 o valor global da receita bruta cobrada foi sensivelmente igual ao valor do ano 2010.

	2013	2014	2015
Receitas Correntes	10 960 649,39 €	11 258 990,32 €	11 711 026,29 €
Receitas de Capital	4 093 714,97 €	3 304 076,23 €	1 174 673,78 €
Outras Receitas	10 508,18 €	30,00 €	3 956,34 €
Total da Receita Bruta Cobrada	15 064 872,54	14 563 096,55	12 889 656,41

Evolução da Receita Bruta Cobrada



A execução da receita cobrada bruta foi no exercício de 2013 foi de 80,93%, no exercício de 2014 foi 94% e no exercício de 2015 foi 92,66%.

2.1.1.1. Receita Corrente Bruta

No cômputo geral das Receitas Brutas Cobradas Correntes verifica-se que no exercício de 2015, comparativamente com o período homólogo anterior, houve acréscimo de receita cobrada de 4,01 %. Todas as rubricas, com exceção das Transferências Correntes que teve um decréscimo, contribuíram para esse acréscimo global.

Receitas Correntes	2013	%	2014	%	2015	%
Impostos Diretos	2 802 439,60 €	25,57%	2 847 286,98 €	25,29%	3 070 695,45 €	26,22%
Impostos Indiretos	1 64 646,33 €	1,50%	1 68 480,48 €	1,50%	1 94 931,16 €	1,66%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	457 342,05 €	4,17%	487 604,12 €	4,33%	595 829,91 €	5,09%
Rendimentos de Propriedade	530 834,87 €	4,84%	558 465,67 €	4,96%	575 401,34 €	4,91%
Transferências Correntes	4 679 717,31 €	42,70%	5 049 806,40 €	44,85%	4 945 225,45 €	42,23%
V. De Bens e Serviços Correntes	2 016 537,58 €	18,40%	2 095 604,95 €	18,61%	2 216 251,56 €	18,92%
Outras Receitas Correntes	309 131,65 €	2,82%	51 741,72 €	0,46%	112 691,42 €	0,96%
TOTAL:	10 960 649,39 €	100,00%	11 258 990,32 €	100,00%	11 711 026,29 €	100,00%

Receitas Correntes do Município

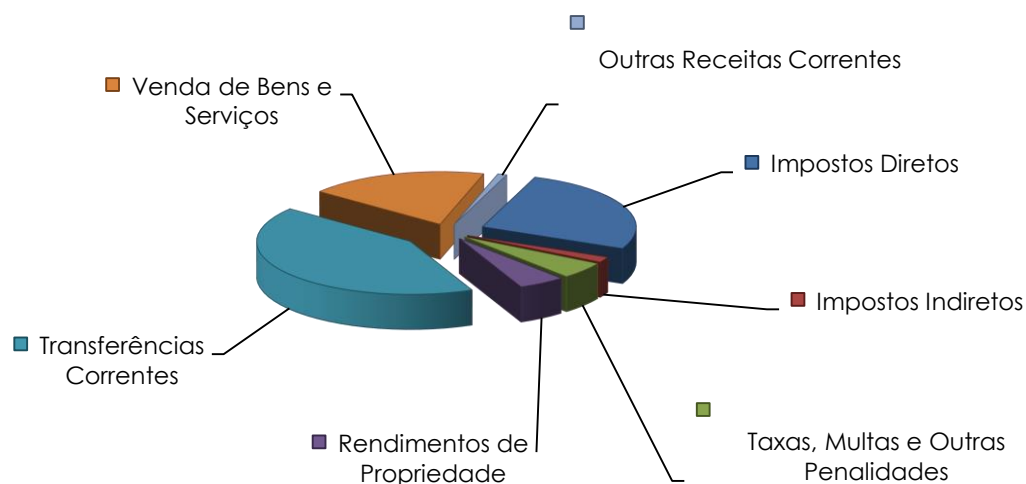


Gráfico n.º 1 – “Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2015”.

Do exercício de 2015 face ao exercício de 2014 todas as rubricas aumentaram à exceção da Transferências Correntes que registou um decréscimo de 2,07%.

2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos

Os Impostos Diretos registaram um aumento de 7,85% no exercício de 2015 em relação ao período homólogo anterior. Para este aumento contribuiu o Imposto Municipal Sobre Imóveis com um aumento de 2,17% e o Imposto sobre Transmissões onerosas de imóveis com um aumento de 104,69% que depois de quedas acumuladas desde 2010 voltou a níveis de 2012. O Imposto Único de Circulação e a Derrama tiveram diminuições de 3,94% e 3,31 % respetivamente.

Impostos Diretos	2013	%	2014	%	2015	%
Imposto Municipal S/ Imóveis - IMI	1 773 644,92 €	63,29%	2 017 116,11 €	70,84%	2 060 937,26 €	67,12%
Imp. Municipal S/ Trans. Onerosas - IMT	252 071,44 €	8,99%	193 829,96 €	6,81%	396 750,21 €	12,92%
Derrama	394 208,55 €	14,07%	279 710,46 €	9,82%	270 443,30 €	8,81%
Imposto Único de Circulação	374 548,93 €	13,37%	356 630,45 €	12,53%	342 564,68 €	11,16%
Total:	2 802 439,60 €	100,00%	2 847 286,98 €	100,00%	3 070 695,45 €	100,00%

Impostos Diretos

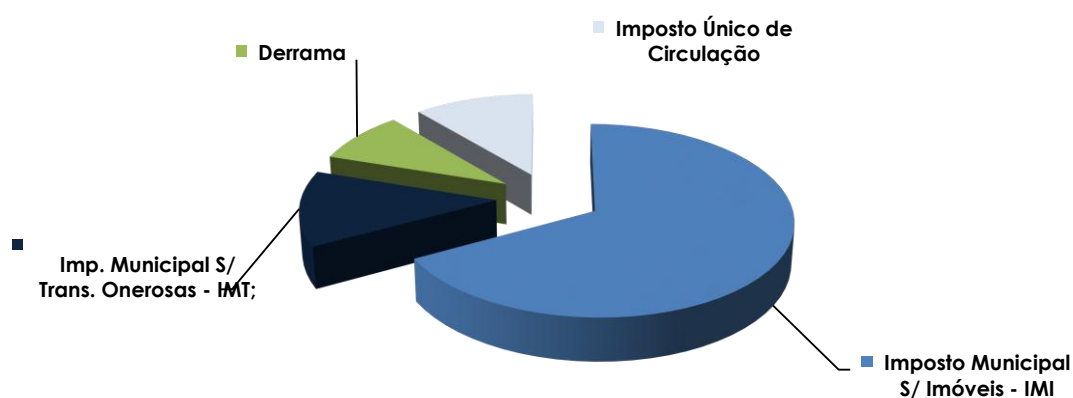


Gráfico n.º 2 – “Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2015”.

Evolução dos Impostos Diretos

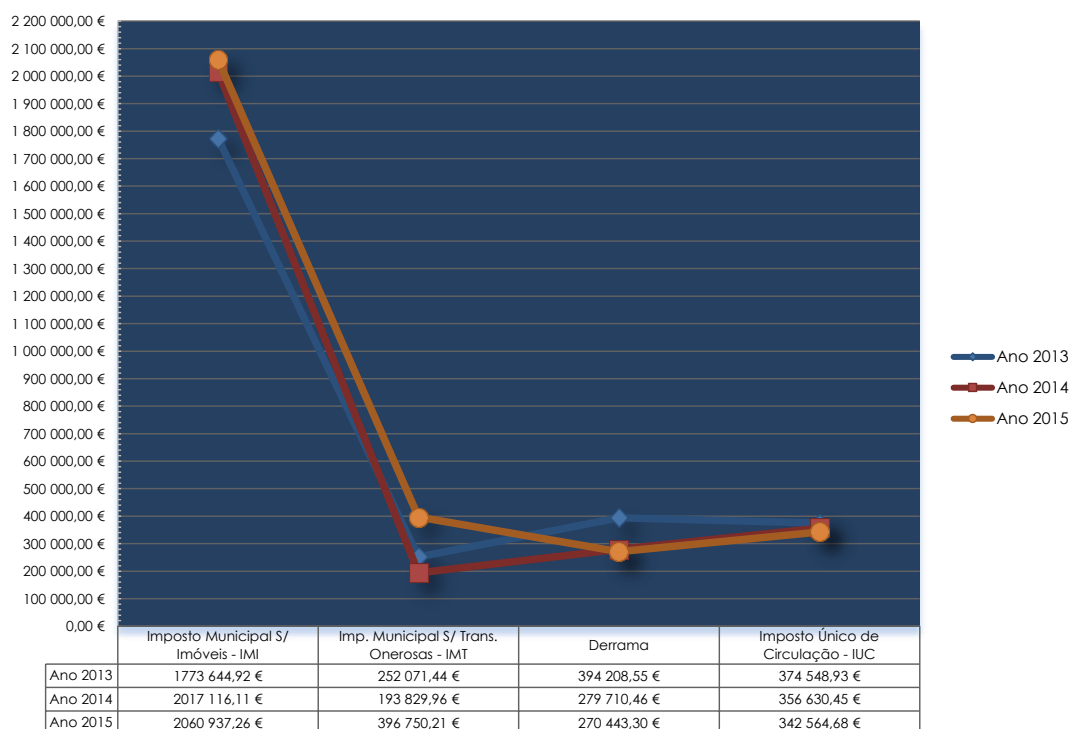


Gráfico n.º 3 – “Evolução dos Impostos Diretos no período de 2013 a 2015”.

2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos

Em relação aos Impostos Indiretos a tendência de diminuição da receita cobrada bruta entre 2010 e 2012 foi quebrada no exercício de 2013, mantendo em 2014 e 2015 a inversão do ciclo de decréscimo tendo aumentado 15,70% entre estes dois anos.

No período de 2013 a 2015, as rubricas dos Impostos Indiretos evoluíram da seguinte forma:

Impostos Indiretos	2013	%	2014	%	2015	%
Mercados e Feiras	42 346,36 €	25,72%	18 837,22 €	11,18%	19 064,89 €	9,78%
Loteamentos e Obras	29 188,42 €	17,73%	31 478,12 €	18,68%	34 977,19 €	17,94%
Ocupação da Via Pública	29 586,24 €	17,97%	27 137,51 €	16,11%	35 034,69 €	17,97%
Publicidade	4 393,90 €	2,67%	129,22 €	0,08%	240,43 €	0,12%
Saneamento	51 054,25 €	31,01%	79 817,99 €	47,38%	101 460,64 €	52,05%
Outros	8 077,16 €	4,91%	11 080,42 €	6,58%	4 153,32 €	2,13%
Total:	164 646,33 €	100,00%	168 480,48 €	100,00%	194 931,16 €	100,00%

A rubrica Saneamento é a que mais importância tem nos impostos indiretos. Todas as rubricas aumentaram o valor cobrado entre 2014 e 2015, à exceção da rubrica outros devido à isenção no Concelho da Lousã da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Evolução dos Impostos Indiretos

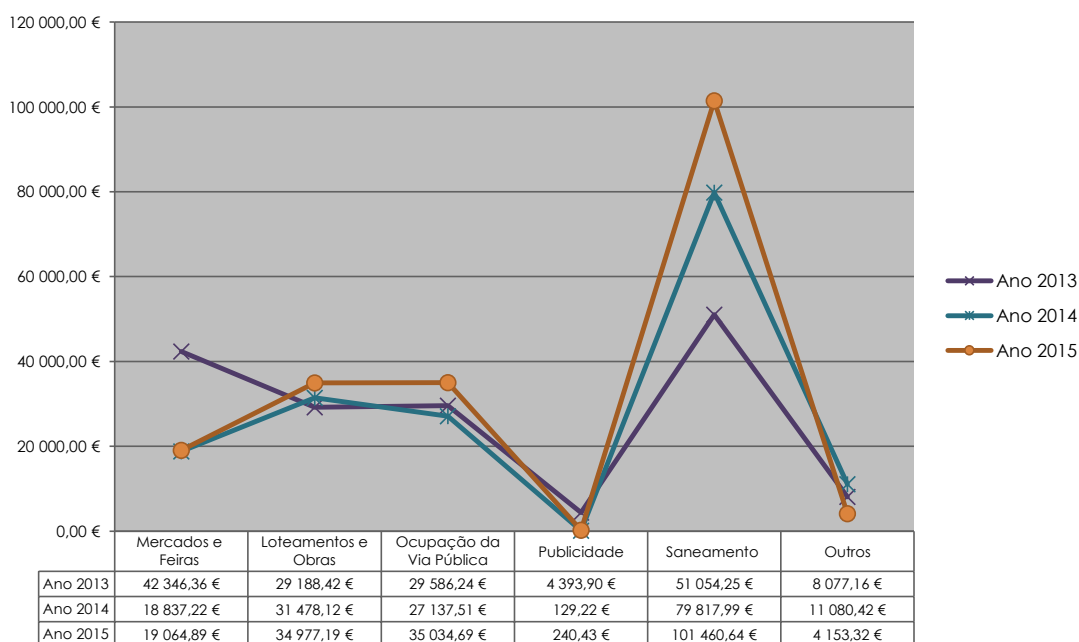


Gráfico n.º 4 – “Análise aos Impostos Indiretos no período de 2013 a 2015”.

Em relação ao peso que cada uma das rubricas tem no cômputo geral do valor dos Impostos Indiretos, em cada um dos exercícios em análise, é a seguinte:

Desagregação dos Impostos Indiretos

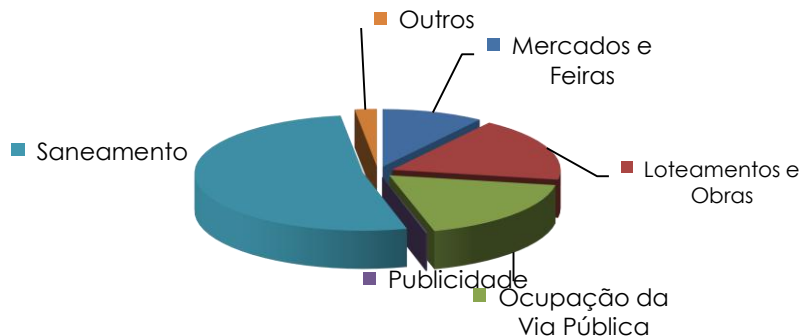


Gráfico n.º 5 – “Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2015”.

2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas têm registado incrementos sucessivos, tendo a receita bruta cobrada aumentado 19,38% do exercício de 2014 para 2015, tendo representado um aumento de receita cobrada de 90.531€.

13

Taxas	2013	%	2014	%	2015	%
Mercados e Feiras	4 171,80 €	0,97%	21 474,93 €	4,60%	20 645,30 €	3,70%
Loteamentos e Obras	38 768,49 €	9,05%	33 120,79 €	7,09%	39 433,84 €	7,07%
Ocupação da Via Pública	3 336,19 €	0,78%	1 590,24 €	0,34%	3 444,80 €	0,62%
Caça, Uso e Porte de Arma	17 321,02 €	4,04%	24 288,92 €	5,20%	20 352,59 €	3,65%
Saneamento	354 298,11 €	82,72%	378 568,10 €	81,03%	466 626,75 €	83,67%
TDFTH - Taxa de Dep. Ficha de Hab	94,00 €	0,02%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Taxa da Emissão Certificado de Re	157,50 €	0,04%	135,00 €	0,03%	232,50 €	0,04%
Outras	10 188,75 €	2,38%	7 988,35 €	1,71%	6 961,90 €	1,25%
Total:	428 335,86 €	100,00%	467 166,33 €	100,00%	557 697,68 €	100,00%

Taxas

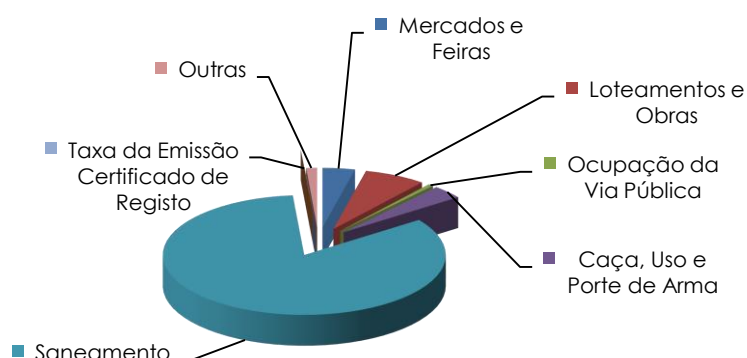


Gráfico n.º 6 – “Valores das Taxas no exercício de 2015”.

No exercício de 2015, comparando com o exercício anterior, verificou-se um aumento na receita cobrada dos Loteamentos e Obras, Ocupação da Via Pública e Saneamento. As taxas de saneamento representam 83,67% da receita cobrada em Taxas.

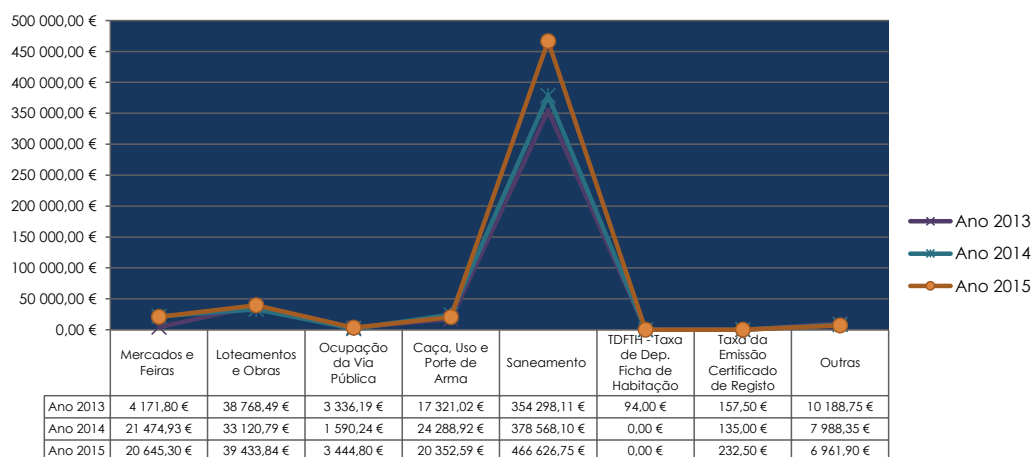


Gráfico n.º 7 – “Evolução das Taxas Cobradas de 2013 a 2015”.

Do grupo em análise ainda fazem parte as “Multas e Outras Penalidades” onde são inseridas as receitas provenientes do não cumprimento da Lei, Posturas e Outros Regulamentos.

Multas e Outras Penalidades	2013	%	2014	%	2015	%
Juros de Mora	6 192,30 €	21,35%	13 474,10 €	65,93%	19 869,37 €	52,11%
Juros Compensatórios	7 217,92 €	24,88%	5 022,98 €	24,58%	1 343,05 €	3,52%
Coimas e Outras Penalidades	7 851,98 €	27,07%	1 706,70 €	8,35%	1 441,09 €	3,78%
Taxas de Relaxe	7 743,99 €	26,70%	234,01 €	1,14%	15 478,72 €	40,59%
Total:	29 006,19 €	100,00%	20 437,79 €	100,00%	38 132,23 €	100,00%

Multas e Outras Penalidades

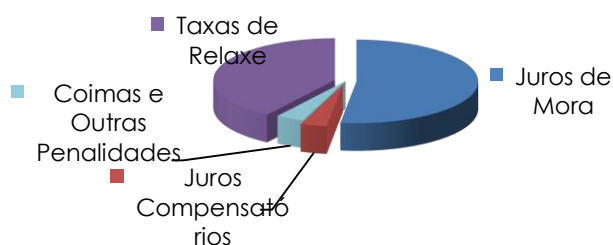


Gráfico n.º 8 – “Valores Cobrados, no exercício de 2015, de Multas e Outras Penalidades”.

As “Multas e Outras Penalidades” têm registado uma tendência indefinida associada à sua natureza. Entre 2013 e 2014 houve um decréscimo de 29,54%, mas entre 2014 e 2015 apresenta um aumento de 86,58%, essencialmente devido à melhoria do processo de cobrança de Águas e Saneamento associado às execuções fiscais.

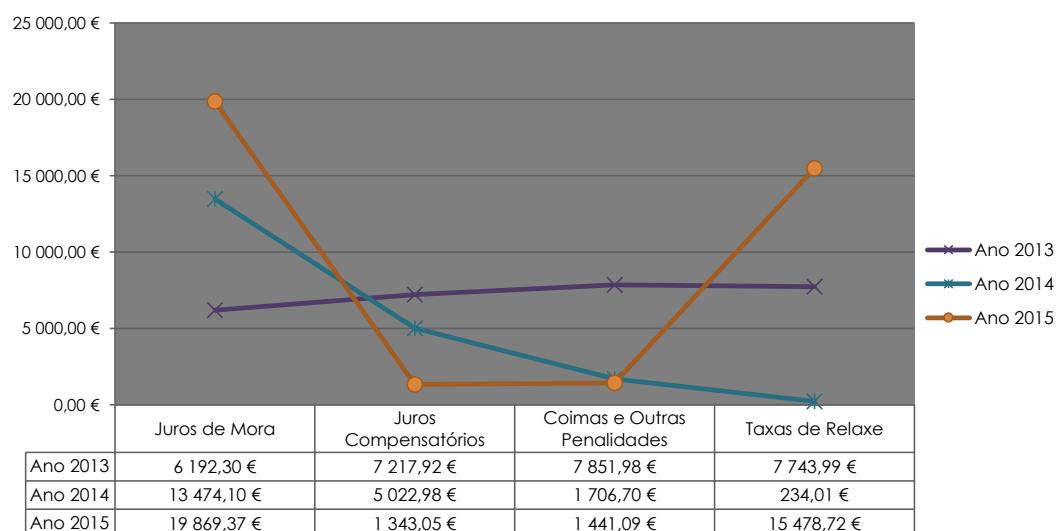


Gráfico n.º 9 – “Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2013 a 2015”

2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), registaram um aumento de 3,03% do exercício de 2014 para 2015. A rubrica Rendas associada aos rendimentos de concessão da distribuição em baixa tensão à EDP tem um peso relevante nos Rendimentos de Propriedade e nas Receitas Correntes no seu todo representando 4,91% destas Receitas.

Rendimentos de Propriedade	2013	%	2014	%	2015	%
Juros - Sociedades Financeiras	18 584,45 €	3,50%	13 114,21 €	2,35%	12 299,35 €	2,14%
Divid. Partici. Lucros Socied. Quase-soc N. Finc.	1 674,71 €	0,32%	38 208,16 €	6,84%	59 826,41 €	10,40%
Rendas	510 575,71 €	96,18%	507 143,30 €	90,81%	503 275,58 €	87,47%
Total:	530 834,87 €	100,00%	558 465,67 €	100,00%	575 401,34 €	100,00%

Rendimentos de Propriedade

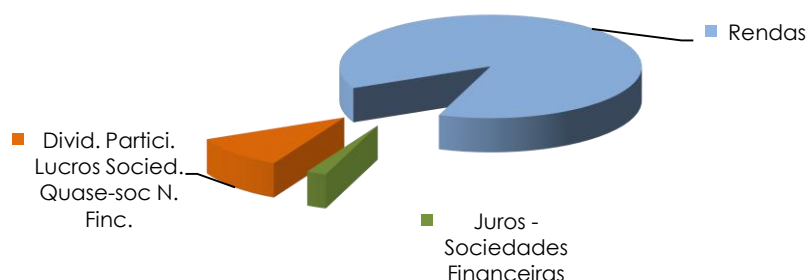


Gráfico n.º 10 – “Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2015”.

A estrutura dos Rendimentos de Propriedade ao longo dos exercícios é muito semelhante, sendo sempre as Rendas a terem uma expressividade muito perto dos 90% no valor total da receita bruta cobrada nesta rubrica.

2.1.1.1.5. O Valor das Transferências Correntes Obtidas

As Transferências Correntes, no exercício de 2015, em relação ao período homólogo foram recebidos menos 104.580€, menos 2,07%. A redução da receita já mencionada, é justificada principalmente pela rubrica “Outras”, que diminuiu 61,53%, esta diminuição deveu-se à diminuição das transferências do Estado relativas a contratos – programa.

Transferências Correntes	2013	%	2014	%	2015	%
Administrações Privadas	421 872,89 €	9,01%	411 380,28 €	8,15%	357 450,81 €	7,23%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 928 283,00 €	62,57%	3 201 820,00 €	63,40%	3 245 368,00 €	65,63%
Fundo Social Municipal	283 139,00 €	6,05%	283 139,00 €	5,61%	318 074,00 €	6,43%
Participação Fixa no IRS	400 444,00 €	8,56%	383 775,00 €	7,60%	546 614,00 €	11,05%
Outras	631 768,93 €	13,50%	745 756,67 €	14,77%	461 671,95 €	9,34%
Estado - P. Comunitária Projetos Co - Financiados	14 209,49 €	0,30%	23 935,45 €	0,47%	6 046,69 €	0,12%
Administração Local	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	10 000,00 €	0,20%
Instituições Sem Fins Lucrativos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	4 679 717,31 €	100,00%	5 049 806,40 €	100,00%	4 945 225,45 €	100,00%

Transferências Correntes Obtidos

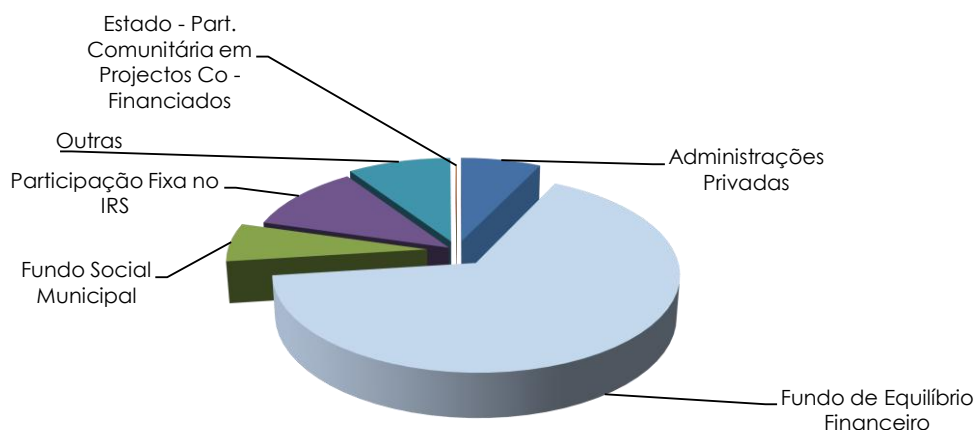


Gráfico n.º 11 – “Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2015”.

No período em análise, o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente registou um aumento de 1,34% entre 2014 e 2015. O Fundo Social Municipal aumentou 11% relativamente a 2014 e a participação no IRS também aumentou 29,79%.

Transferências do Estado	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	var.2010/2015
	5 443 348,43	42,34	5 202 763,85	39,65	5 066 029,16	37,03	4 975 705,93	33,05	4 970 248,67	34,13	4 932 323,95	38,27	-511 024,48
Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2 460 311,00		2 325 505,00		2 196 212,00		2 928 283,00		3 201 820,00		3 245 368,00		785 057,00
Fundo Social Municipal	316 991,00		299 622,00		283 139,00		283 139,00		283 139,00		318 074,00		1 083,00
Participação Fixa no IRS	395 623,00		397 013,00		400 444,00		400 444,00		383 775,00		546 614,00		150 991,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	1 640 209,00		1 550 337,00		1 464 142,00		732 071,00		355 758,00		360 596,00		-1 279 613,00
Outras (contratos-Programa/transportes)	630 214,43		630 286,85		722 092,16		631 768,93		745 756,67		461 671,95		-168 542,48

Se fizermos uma análise desde 2010 verificamos que as transferências do Estado diminuíram 511.024€, representando uma diminuição em 5 anos de 9,39%.

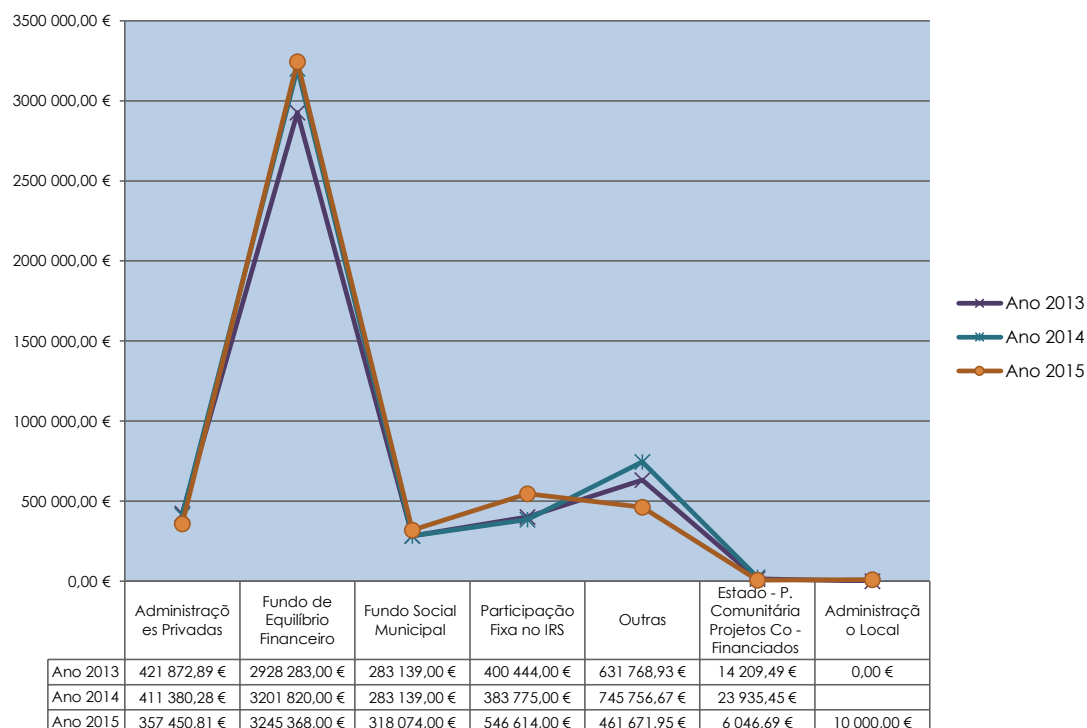


Gráfico n.º 12 – “Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2013 a 2015”.

Em termos percentuais a receita obtida das Transferências Correntes diminuiu 2,07% do exercício de 2014 para o exercício de 2015.

2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes

As Vendas de Bens, os Serviços, os Serviços Específicos das Autarquias Locais e as Rendas são subgrupos que fazem parte das Vendas de Bens e Serviços Correntes.

A receita bruta cobrada destes subgrupos, no período mediado de 2013 a 2015, foi a seguinte:

Venda de Bens e Serviços Correntes	2013	%	2014	%	2015	%
Venda de Bens:						
Água	1 063 329,86 €	52,73%	1 061 167,46 €	50,64%	1 198 835,99 €	54,09%
Venda de Artesanato, Livros, Postais e Gravuras	722,04 €	0,04%	527,20 €	0,03%	537,20 €	0,02%
Serviços:						
Aluguer e Espaços e Equipamentos	416,00 €	0,02%	723,00 €	0,03%	3 424,00 €	0,15%
Serviços Sociais	205 199,49 €	10,18%	177 895,63 €	8,49%	129 107,72 €	5,83%
Serviços Culturais	3 803,00 €	0,19%	2 750,56 €	0,13%	216,00 €	0,01%
Serviços Desportivos	148 818,94 €	7,38%	144 882,53 €	6,91%	146 565,84 €	6,61%
Serviços Específicos das Autarquias Locais:						
Saneamento	520,00 €	0,03%	2 160,00 €	0,10%	420,00 €	0,02%
Resíduos Sólidos	396 742,73 €	19,67%	498 044,60 €	23,77%	554 533,52 €	25,02%
Transp. Colectivos de Pessoas e Mercadorias	101 091,53 €	5,01%	117 051,69 €	5,59%	84 843,44 €	3,83%
Trabalhos por Conta de Particulares	24 435,94 €	1,21%	31 112,03 €	1,48%	22 347,86 €	1,01%
Cemitérios	13 595,34 €	0,67%	11 134,68 €	0,53%	10 918,00 €	0,49%
Mercados e Feiras	2 583,00 €	0,13%	2 583,00 €	0,12%	8 206,68 €	0,37%
Parques de Estacionamento	2 219,76 €	0,11%	2 203,64 €	0,11%	2 088,42 €	0,09%
Outros	40 679,84 €	2,02%	34 158,45 €	1,63%	32 903,41 €	1,48%
Rendas:						
Rendas	12 380,11 €	0,61%	9 210,48 €	0,44%	21 303,48 €	0,96%
Total:	2 016 537,58 €	100,00%	2 095 604,95 €	100,00%	2 216 251,56 €	100,00%

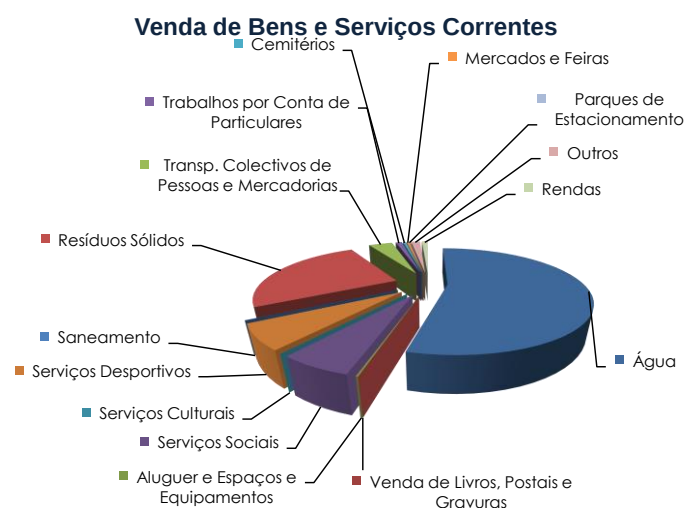


Gráfico n.º 13 – “Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2015”.

Em relação ao valor total da receita obtida, do exercício de 2014 para o de 2015, existiu um incremento na receita de 5,76%, tendo representado um acréscimo no valor de 120.646€.

Comparando o exercício de 2015 com o período homólogo anterior, ao nível da Venda de Água a receita cobrada bruta aumentou 12,97%, representando um aumento de 137.668€.

Já os Resíduos Sólidos registaram um aumento relativamente a 2014 de 11,34%, traduzindo-se num aumento de receita de 56.488€.

Na estrutura da Venda de Bens e Serviços correntes continua a ser a Venda de Água a ter maior expressividade no valor total cobrado com aproximadamente 54%.

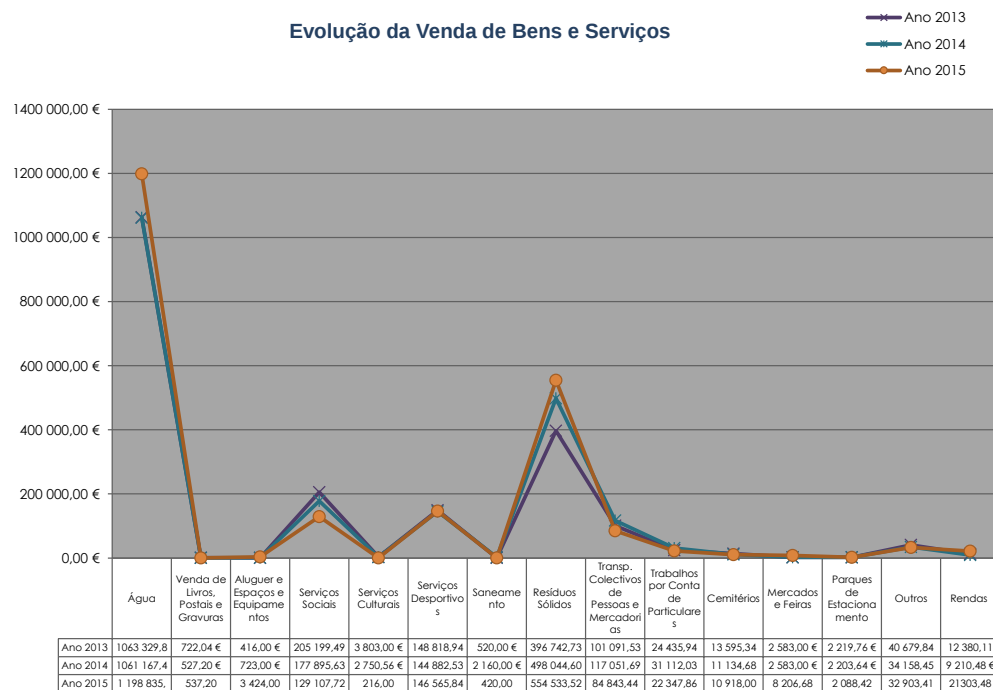


Gráfico n.º 14 – “Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2013 a 2015”.

2.1.1.1.7. As Outras Receitas

As receitas que têm um carácter esporádico e que pela sua natureza não podem ser inseridas nos capítulos anteriormente mencionados são designadas por Outras Receitas. Algumas destas receitas são as Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, as Indemnizações por estragos provocados por outrem em viaturas ou bens pertencentes ao município, os Reembolsos do Imposto de Valor Acrescentado, entre outras.

Outras Receitas	2013	%	2014	%	2015	%
Indem. Por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens Patrimoniais	391,72 €	0,13%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Indem. Estragos Provocados Outrem em Viaturas e Outro Equipamento	712,83 €	0,23%	1 214,33 €	2,35%	157,24 €	0,14%
Diversas Receitas - Outras	308 027,10 €	99,64%	50 527,39 €	97,65%	112 534,18 €	99,86%
Total:	309 131,65 €	100,00%	51 741,72 €	100,00%	112 691,42 €	100,00%

Outras Receitas

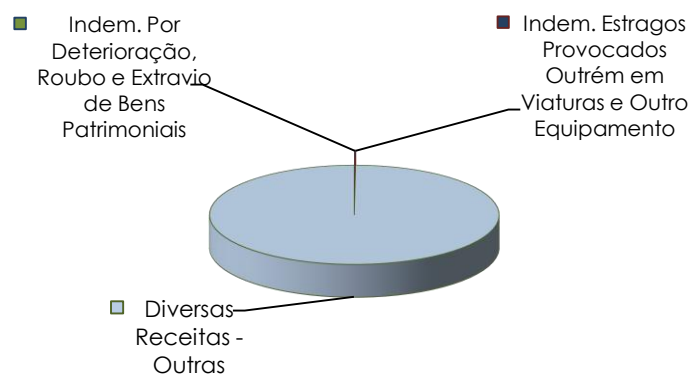


Gráfico n.º 15 – “Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2015”.

Do exercício de 2014 para o exercício de 2015 as Outras Receitas registaram um aumento de 117,80%.

2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas

Em relação às Receitas de Capital verificou-se que do exercício de 2014 para o de 2015 houve um decréscimo da receita de 64,45%, representando uma diminuição na ordem de 2.129.402€.

Receitas de Capital	2013	%	2014	%	2015	%
Venda de Bens de Investimento	1 056,38	0,03%	91 503,00	2,77%	1 654,25	0,14%
Terrenos	1 056,38 €	0,03%	1 451,50 €	0,04%	1 181,25 €	0,10%
Edifícios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00%	87 899,00 €	2,66%	473,00 €	0,04%
Maquinaria e Equipamento	0,00 €	0,00%	2 152,50 €	0,07%	0,00 €	0,00%
Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	3 112 617,18	76,03%	2 774 266,71	83,96%	1 134 686,19	96,60%
Empresas Públicas	2 800,00 €	0,07%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empresas Privadas	0,00 €	0,00%	1 200 000,00 €	36,32%	0,00 €	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	732 071,00 €	17,88%	355 758,00 €	10,77%	360 596,00 €	30,70%
Contratos Programa	28 150,00 €	0,69%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros	0,00 €	0,00%	51 842,15 €	1,57%	0,00 €	0,00%
Participações Comunitárias	2 349 596,18 €	57,40%	1 166 666,56 €	35,31%	774 090,19 €	65,90%
Administração Local	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	980 041,41	23,94%	438 306,52	13,27%	38 333,34	3,26%
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	980 041,41 €	23,94%	438 306,52 €	13,27%	38 333,34 €	3,26%
Total:	4 093 714,97 €	100,00%	3 304 076,23 €	100,00%	1 174 673,78 €	100,00%

As Vendas de Bens de Investimento consideram-se receitas com carácter extraordinário e nas quais se incluem os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou na construção tenham sido classificados como investimento.

Os Valores das Receitas de Capital

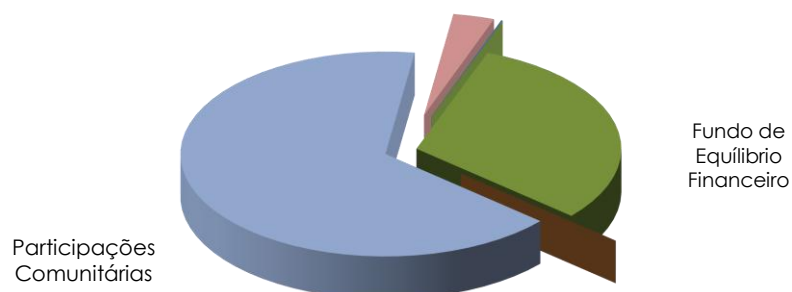


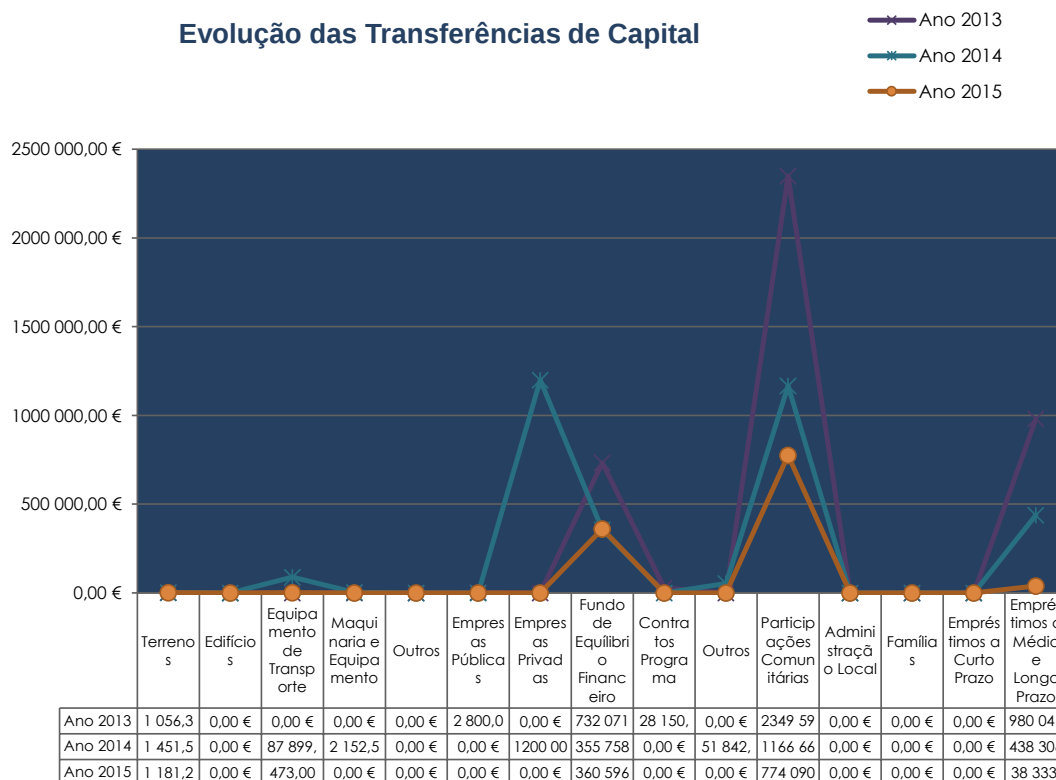
Gráfico n.º 16 – “As Receitas de Capital obtidas em 2015”.

Em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro da componente Capital, no período em análise a receita aumentou ligeiramente, cerca de 1,36% o que significou um aumento de 4.838€.

24

Os Passivos Financeiros têm registado decréscimos sucessivos, o que significa que o município não tem vindo a aumentar a sua receita por conta de aumento de empréstimos. No exercício de 2015 a rubrica de Passivos Financeiros registou 38.333€ de receita.

Evolução das Transferências de Capital



25

Gráfico n.º 17 – “Evolução do Capítulo Transferências de Capital”.

Receitas Próprias	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015		var.2010/2015
	5 451 425,34	42,40	6 068 961,83	46,25	5 741 689,36	41,97	6 281 988,46	41,73	6 300 686,92	43,26	6 767 445,54	52,50	1 316 020,20
Impostos Diretos	2 614 317,98		2 935 669,22		2 632 351,21		2 802 439,60		2 847 286,98		3 070 695,45		456 377,47
IMI	1 453 007,95		1 562 674,39		1 678 910,61		1 773 644,92		2 017 116,11		2 060 937,26		607 929,31
IMT	577 642,77		743 842,81		356 858,02		252 071,44		193 829,96		396 750,21		-180 892,56
Derrama	312 993,34		352 199,03		291 622,70		394 208,55		279 710,46		270 443,30		-42 550,04
IUC	246 202,36		269 601,44		304 959,88		374 548,93		356 630,45		342 564,68		96 362,32
Impostos Indiretos	186 016,94		152 943,60		109 870,57		164 646,33		168 480,48		194 921,61		8 904,67
Taxas, Multas e Outras Penalidades	323 941,88		387 432,28		414 577,55		457 342,05		487 604,12		595 829,91		271 888,03
Rendimentos de Propriedade	497 924,48		513 053,72		511 504,31		530 834,87		558 465,67		575 401,34		77 476,86
V. De Bens e Serviços Correntes	1 805 385,57		2 051 111,15		2 040 940,52		2 016 537,58		2 095 604,95		2 216 251,56		410 865,99
Outras Receitas Correntes	19 753,13		27 815,63		27 258,20		309 131,65		51 741,72		112 691,42		92 938,29
Venda de Bens de Investimento	4 085,36		936,23		5 187,00		1 056,38		91 503,00		1 654,25		-2 431,11

Se fizermos uma análise às receitas próprias do Município desde 2010 verificamos que a autonomia financeira tem vindo a aumentar representando em 2015, cerca de 52,50% das receitas totais.

2.1.2. Orçamento da Despesa

2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica

A despesa das diversas Orgânicas do Município pode ser analisada tendo em conta a despesa paga e a despesa faturada.

Em relação à despesa paga a distribuição pelas orgânicas é a seguinte:

ORG.	DESCRIÇÃO	CORRENTE PAGA	CAPITAL PAGA	TOTAL	%
0101	Assembleia Municipal	11 481,48 €	0,00 €	11 481,48 €	0,08%
0102	Câmara Municipal	565 615,41 €	93 000,00 €	658 615,41 €	4,64%
0103	Operações Financeiras	73 853,71 €	656 230,26 €	730 083,97 €	5,15%
02	Administração e Finanças	1 648 732,39 €	129 529,50 €	1 778 261,89 €	12,54%
03	Urbanismo	236 132,97 €	0,00 €	236 132,97 €	1,67%
0401	Obras Municipais	141 786,58 €	1 421 101,72 €	1 562 888,30 €	11,02%
0402	Gestão Urbana, Mobilidade e Ambiente	509 571,27 €	473 657,11 €	983 228,38 €	6,93%
0403	Águas, Saneamento e Higiene Pública	2 594 627,81 €	178 626,90 €	2 773 254,71 €	19,56%
0404	Obras e Trabalhos por Administração Direta	839 352,70 €	4 719,16 €	844 071,86 €	5,95%
0501	Desporto e Tempos Livres	530 635,61 €	541 649,28 €	1 072 284,89 €	7,56%
0502	Intervenção Social e Saúde	201 406,33 €	5 000,00 €	206 406,33 €	1,46%
0503	Actividade Econ, Plan, Estraté, e Transportes	17 012,30 €	4 594,58 €	21 606,88 €	0,15%
0504	Cultura e Turismo	650 032,33 €	151 876,27 €	801 908,60 €	5,66%
0505	Educação e Juventude	1 643 251,03 €	220 294,83 €	1 863 545,86 €	13,14%
06	Proteção Civil e Bombeiros	578 372,08 €	58 315,47 €	636 687,55 €	4,49%
TOTAL:		10 241 864,00	3 938 595,08	14 180 459,08	100,00%

Da análise à distribuição da despesa paga pelas diferentes orgânicas é possível constatar que o Serviço de Águas, Saneamento e Higiene Pública foi o serviço no qual houve mais despesa paga, seguindo-se o Serviço de Educação e Juventude. As Orgânicas mais relevantes totalizaram 56,26% da despesa paga durante o exercício de 2015.

Em relação à despesa faturada no exercício de 2015, a distribuição da mesma pelos diferentes serviços foi a seguinte:

Despesa Faturada Por Orgânica

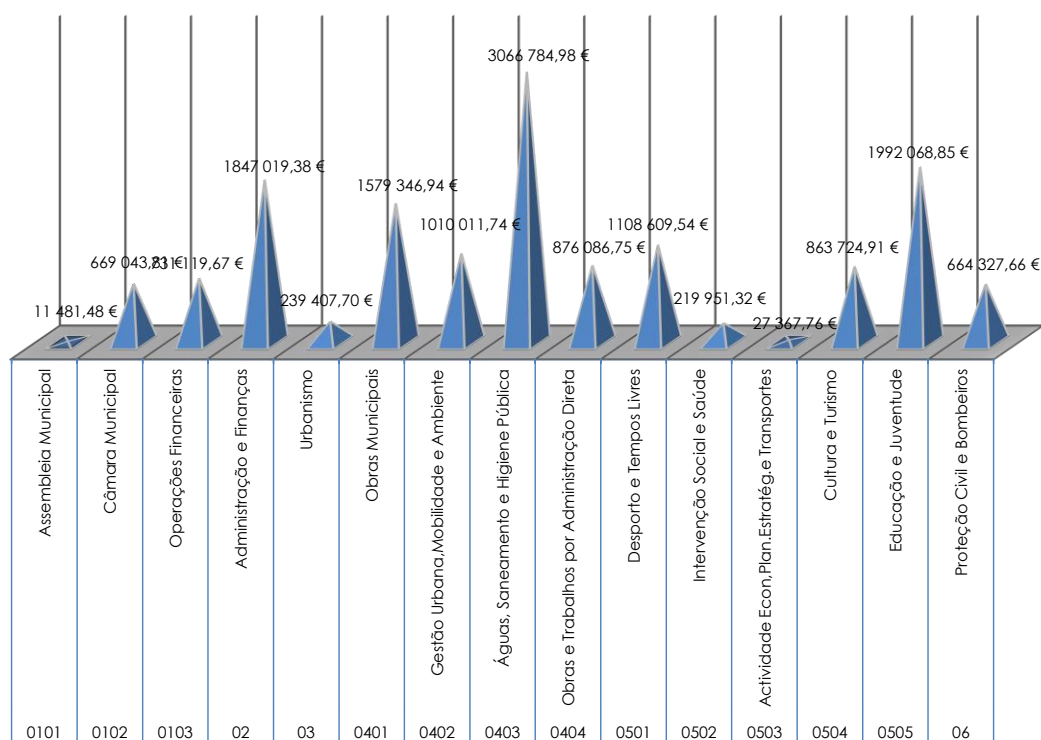


Gráfico n.º 18 – “Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas”.

Se a análise for efetuada ao nível da despesa total faturada é possível constatar que o Serviço de Águas, Saneamento e Higiene Pública continua a ser o serviço que absorve mais recursos, seguindo-se o Serviço de Educação e Juventude.

O valor total da despesa faturada no exercício de 2015 foi de 14.906.352€.

Em relação ao grau de execução do orçamento, no exercício de 2015 ao nível da despesa paga a execução foi de 89,89% e em relação à despesa faturada a execução foi de 94,49%, constatando-se que houve um aumento nos graus de execução face ao exercício de 2014, na medida em que, a execução tinha sido de 83,50% ao nível da despesa paga, e de 92,60% ao nível da despesa faturada.

2.1.2.2. Desagregação da Despesas por Económica

Ao nível da despesa o ano de 2015 continuou a ser um ano de grandes restrições, devido às imposições legais, nomeadamente, pelo estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para 2015; pela publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro designada por “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, e pelo Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, de 21 de junho, que visa estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012 e respetivas alterações.

Assim, para que a despesa possa ser realizada é necessário que exista dotação em orçamento disponível para cabimentar a despesa como já era exigido anteriormente, e a partir de 2012, a realização da despesa passou a estar limitada ao valor dos “Fundos Disponíveis”, isto é, a despesa só pode ser realizada até ao valor das verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos os seguintes valores:

- A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- As transferências ou subsídios com origem nos Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
- O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;
- E outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º.

2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente

As remunerações, os encargos com as instalações, a aquisição de bens, e todas aquelas despesas que afetem o património não duradouro e que implicam a sua redução, são Despesas Correntes.

Despesas Correntes	2013	%	2014	%	2015	%
Pessoal	4 348 902,65 €	41,76%	4 254 744,48 €	42,52%	3 720 326,14 €	36,32%
Aquisição de Bens e Serviços	5 140 847,00 €	49,37%	4 915 091,77 €	49,12%	5 392 057,17 €	52,65%
Juros e Outros Encargos	125 482,31 €	1,21%	91 269,00 €	0,91%	72 841,14 €	0,71%
Transferências Correntes	571 236,40 €	5,49%	648 083,00 €	6,48%	932 570,49 €	9,11%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	226 850,98 €	2,18%	97 697,99 €	0,98%	124 069,06 €	1,21%
Total:	10 413 319,34 €	100,00%	10 006 886,24 €	100,00%	10 241 864,00 €	100,00%

As Despesas Correntes aumentaram 2,35% do exercício de 2014 para o de 2015.

O valor total da Despesa Corrente que foi pago no exercício de 2015, comparando com o período homólogo anterior aumentou 234.977€.

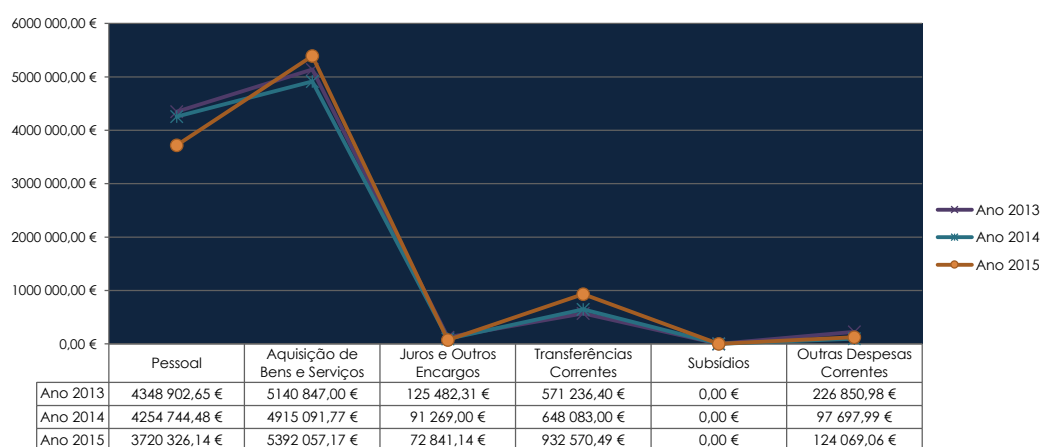


Gráfico n.º 19 – “Evolução da Despesa Corrente, de 2013 a 2015”.

O agrupamento Juros e Outros Encargos foi aquele que registou um maior decréscimo, cerca de 20%, dando-se destaque também às Despesas com Pessoal que diminuiram 534.418€, ou seja 12,56%. O maior aumento foi o agrupamento transferências correntes com 43,90%.

Dentro do agrupamento Despesas com o Pessoal a classificação “Encargos com a Saúde” tem vindo a registar elevados valores. São aqui inseridas todas as despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidade, clínicas, tratamentos,

internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em direto benefício dos funcionários.

Os valores registados nos exercícios de 2013 a 2015 foram os seguintes:

	2013		2014		2015	
Rubrica: Encargos com a Saúde	Valor Pago	Dívida	Valor Pago	Dívida	Valor Pago	Dívida
Encargos com a Saúde	140 380,47 €	8 402,51 €	84 950,17 €	14 165,08 €	88 712,96 €	1 812,32 €
Serviço Nacional de Saúde	193 733,00 €	0,00 €	193 733,00 €	0,00 €	125 676,51 €	0,00 €
Total	334 113,47 €	8 402,51 €	278 683,17 €	14 165,08 €	214 389,47 €	1 812,32 €
Total Faturado	342 515,98 €		292 848,25 €		216 201,79 €	

Em relação ao agrupamento Aquisições de Bens e Serviços as rubricas com maior expressividade no valor pago total foram, nomeadamente, as Mercadorias para Venda com a compra de água (1.081.880€); a Alimentação – Refeições Confeccionadas (300.035€); os Combustíveis e Lubrificantes (271.584€), ao nível da aquisição de bens.

	2013		2014		2015		Variação 2014-2015	
Aquisição de Bens	Faturado	Pago	Faturado	Pago	Faturado	Pago	%Faturado	% Pago
Matérias-primas e Subsidiárias	83 650,44	54 741,68	106 359,53	80 261,74	118 209,28	97 530,62	11,14	21,52
Combustíveis e Lubrificantes	368 740,68	320 418,73	369 128,83	340 931,72	303 477,34	271 584,15	-17,79	-20,34
Limpeza e Higiene	39 607,56	31 139,33	29 761,96	23 117,67	14 218,52	13 565,86	-52,23	-41,32
Alim.-Refeições Confeccionadas	364 759,01	268 740,50	394 403,27	352 914,69	348 504,40	300 035,41	-11,64	-14,98
Alim.-Generos para Confeccionar	51 153,67	48 225,86	49 751,46	47 834,68	59 527,04	54 987,36	19,65	14,95
Vestuário e artigos Pessoais	11 325,07	8 755,45	12 560,79	12 560,79	31 638,99	31 073,19	151,89	147,38
Material do Escritório	29 910,63	23 469,49	27 258,49	23 910,07	19 981,57	18 222,24	-26,70	-23,79
Produtos Químicos e Farmacêuticos	17 567,86	13 567,74	17 483,28	11 350,01	16 684,16	15 608,77	-4,57	37,52
Material de Consumo Clínico	8 107,40	6 580,05	9 765,98	7 389,39	9 746,85	9 018,58	-0,20	22,05
Material de Transporte - Peças	66 272,26	51 372,04	70 878,06	61 452,09	85 506,48	78 324,55	20,64	27,46
Outro Material - Peças	11 838,29	8 893,29	14 946,93	12 660,78	17 594,99	16 639,94	17,72	31,43
Prémios, Condecorações e Ofertas	22 137,85	20 052,86	12 468,07	9 411,36	26 442,40	22 910,32	112,08	143,43
Mercadorias para Venda	1 163 112,92	893 832,35	1 253 430,88	861 550,02	1 212 053,45	1 081 880,36	-3,30	25,57
Ferramentas e Utensílios	5 050,81	2 880,33	6 603,28	6 603,28	6 065,52	5 942,79	-8,14	-10,00
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00	85,44	85,44	611,84	611,84	616,10	616,10
Artigos Honoríficos e de Decoração	110,70	110,70	70,41	0,00	220,41	220,41	213,04	
Material Educação, Cultura e Recreio	26 111,22	23 709,89	25 081,30	20 806,70	27 758,10	27 018,80	10,67	29,86
Outros Bens	24 092,20	18 360,31	25 452,61	24 573,87	37 434,96	34 902,26	47,08	42,03
Total	2 293 548,57 €	1 794 850,60 €	2 425 490,57 €	1 897 414,30 €	2 335 676,30 €	2 080 077,45 €	-3,70	9,63

Ao nível da aquisição de serviços os mais relevantes foram:

- Os Encargos com Instalações (643.192€);
- Os Transportes (450.430€);
- As Comunicações (158.184€);

- Limpeza e Higiene (178.415€);
- E os Trabalhos Especializados (714.810€).

A rubrica “Outros Serviços” (812.718€) também tem um elevado impacto, na medida em que nesta são inseridas rubricas como a Iluminação Pública (335.632€).

Aquisição de Serviços	2013		2014		2015		Variação 2014-2015	
	Faturado	Pago	Faturado	Pago	Faturado	Pago	%Faturado	%Pago
Encargos das Instalações	578 091,28	469 764,49	511 177,49	452 174,68	733 493,44	643 192,64	43,49	42,24
Limpeza e Higiene	320 052,04	247 766,92	233 674,39	219 880,42	208 441,09	178 415,35	-10,80	-18,86
Conservação de Bens	31 396,46	20 935,16	30 771,55	28 089,99	31 219,59	27 277,89	1,46	-2,89
Locação de Edifícios	45 177,43	45 177,43	35 913,04	35 913,04	31 132,26	31 132,26	-13,31	-13,31
Locação de Material de Informática	22 621,90	22 621,90	0,00	0,00	0,00	0,00		
Locação de Outros Bens	17 253,36	17 253,36	18 941,95	18 941,95	34 120,38	30 808,76	80,13	62,65
Comunicações	150 845,58	150 041,37	162 295,41	157 825,01	164 584,13	158 184,46	1,41	0,23
Transportes	725 058,32	587 925,16	584 503,22	485 034,61	503 234,69	450 430,18	-13,90	-7,13
Seguros	74 461,84	74 461,84	80 107,73	80 107,73	76 841,51	76 841,51	-4,08	-4,08
Deslocações e Estados	977,86	977,86	1 960,53	1 960,53	3 892,40	3 892,40	98,54	98,54
Estudos, Pareceres, Projetos	57 264,40	40 198,15	44 423,66	36 635,30	42 507,19	40 754,81	-4,31	11,24
Formação	2 122,80	1 489,00	3 598,50	3 598,50	6 780,75	6 780,75	88,43	88,43
Seminários, Exposições e Similares	525,00	525,00	200,00	100,00	600,00	600,00	200,00	500,00
Publicidade	31 460,04	27 943,47	29 353,74	26 355,67	36 940,30	29 011,26	25,85	10,08
Vigilância e Segurança	9 225,08	7 058,06	24 057,77	13 742,75	19 680,98	19 680,98	-18,19	43,21
Assistência Técnica	14 734,77	11 733,61	14 803,55	12 802,17	12 035,30	11 225,65	-18,70	-12,31
Outros Trabalhos Especializados	1 100 925,79	936 876,74	918 778,68	741 569,08	837 336,62	714 810,05	-8,86	-3,61
Serviços de Saúde	7 881,79	5 053,69	8 827,50	7 894,63	6 846,09	6 356,80	-22,45	-19,48
Encargos de Cobrança de Receita	55 462,21	55 462,21	64 047,28	64 047,28	69 865,60	69 865,60	9,08	9,08
Outros Serviços	662 774,12	622 730,98	655 439,30	631 004,13	845 477,64	812 718,37	28,99	28,80
Total	3 908 312,07 €	3 345 996,40 €	3 422 875,29 €	3 017 677,47 €	3 665 029,96 €	3 311 979,72 €	7,07	9,75

Em relação aos Juros e Outros Encargos, do exercício de 2014 para o exercício de 2015, verificou-se uma diminuição da despesa na ordem dos 20,19%, cerca de 18.428€.

Neste agrupamento são inseridos os valores suportados com juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, os juros suportados com a locação financeira e outros juros de dívidas contraídas. A diminuição do prazo médio de pagamentos e as taxas de juro praticadas no contexto atual contribuíram para esta significativa diminuição.

Das Despesas Correntes também fazem parte as Transferências Correntes. Da análise aos valores pagos é possível verificar que do exercício de 2014 para o de 2015 houve um aumento de 284.487€ da despesa realizada, representando quase 44%.

Transferências Correntes Pagas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição
Freguesias	6 644,86	21 423,26	25 352,02	35 321,03	41 478,55	55 167,57	33,00
Associação Municípios	14 919,28	15 295,90	9 519,54	19 084,91	28 408,56	14 755,13	-48,06
Outros	49 279,59	70 603,11	26 846,30	32 106,99	34 216,99	31 234,03	-8,72
Instituições sem Fins Lucrativos	438 344,92	424 926,41	447 490,07	479 244,54	532 012,20	598 220,83	12,44
Famílias - Outros	11 434,00	9 594,00	10 154,00	5 478,93	11 966,70	233 192,93	1 848,68
Total	520 622,65 €	541 842,68 €	519 361,93 €	571 236,40 €	648 083,00 €	932 570,49 €	43,90

2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município

As Aquisições de Bens de Capital, as Transferências de Capital, os Ativos Financeiros, os Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital são rubricas que fazem parte da componente capital da despesa.

Do exercício de 2014 para o exercício de 2015, verificou-se um aumento de 13% da despesa de capital paga.

Em relação à Aquisição de Bens de Capital, no exercício de 2015 houve também um aumento de 12,87% da despesa paga em relação ao período homólogo anterior.

A Aquisição de Bens de Capital é decomposta em Investimentos e em Locação Financeira.

No cômputo geral as Despesas de Capital pagas foram as seguintes:

Despesas de Capital	2013	%	2014	%	2015	%
Aquisição de Bens de Capital	4 085 150,94	83,33%	2 839 619,62	81,47%	3 205 003,26	81,37%
Investimentos	4 042 156,55	82,45%	2 812 974,47	80,70%	3 184 364,82	80,85%
Terrenos	20 001,00 €	0,41%	39 754,00 €	1,14%	99 115,97 €	2,52%
Habitacões	0,00 €	0,00%	1 525,20 €	0,04%	24 687,95 €	0,63%
Edifícios	2 045 125,62 €	41,72%	768 019,72 €	22,03%	316 132,90 €	8,03%
Construções Diversas	1 567 144,28 €	31,97%	1 357 761,46 €	38,95%	2 559 550,48 €	64,99%
Material de Transporte	87 765,98 €	1,79%	151 227,91 €	4,34%	52 041,55 €	1,32%
Equipamento de Informática	66 059,12 €	1,35%	151 646,11 €	4,35%	37 490,89 €	0,95%
Equipamento Básico	94 546,16 €	1,93%	331 424,93 €	9,51%	84 514,28 €	2,15%
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	0,00%	11 615,14 €	0,33%	7 505,80 €	0,19%
Artigos e Objectos de Valor	680,50 €	0,01%	0,00 €	0,00%	3 325,00 €	0,08%
Investimentos Incorpóreos	7 736,70 €	0,16%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros Investimentos	153 097,19 €	3,12%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Locação Financeira	42 994,39	0,88%	26 645,15	0,76%	20 638,44	0,52%
Terrenos	20 129,05 €	0,41%	20 285,99 €	0,58%	20 638,44 €	0,52%
Material de Transporte	22 865,34 €	0,47%	6 359,16 €	0,18%	0,00 €	0,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	227 400,00	4,64%	124 000,00	3,56%	98 000,00	2,49%
Municípios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Freguesias	97 500,00 €	1,99%	60 000,00 €	1,72%	56 000,00 €	1,42%
Instituições Sem Fins Lucrativos	129 900,00 €	2,65%	64 000,00 €	1,84%	42 000,00 €	1,07%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	72 624,00	1,84%
Soc. E Quase Soc. N. Financeiras-Públicas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	72 624,00 €	1,84%
Passivos Financeiros	589 819,50	12,03%	521 894,33	14,97%	562 967,82	14,29%
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	589 819,50 €	12,03%	521 894,33 €	14,97%	562 967,82 €	14,29%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	4 902 370,44 €	100,00%	3 485 513,95 €	100,00%	3 938 595,08 €	100,00%

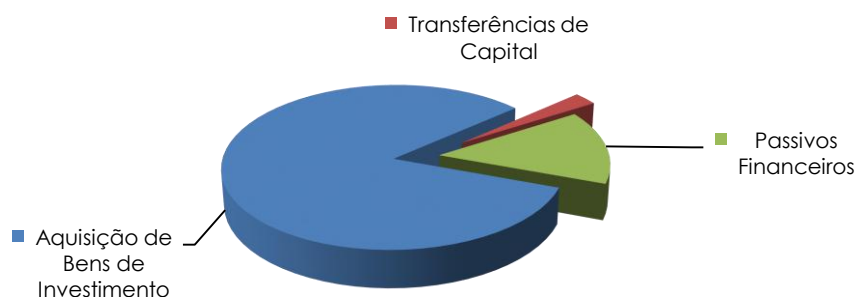


Gráfico n.º 20 – “As Despesas de Capital do exercício de 2015”.

Os agrupamentos que compõem a Despesa de Capital evoluíram da seguinte forma no período mediado de 2013 a 2015.

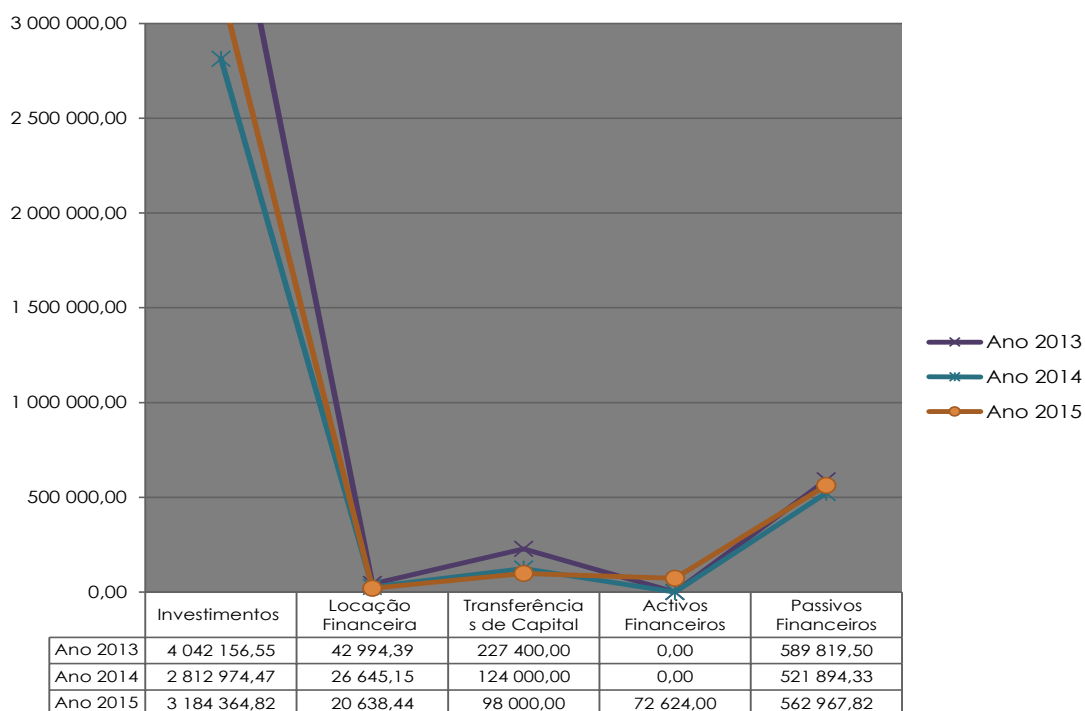


Gráfico n.º 21 – “Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2013 a 2015”.

2.2. Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano são uma das bases fundamentais em termos da gestão do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos, bem como a descrição detalhada das atividades a desenvolver e com maior relevo na gestão, isto é, as Atividades Mais Relevantes.

2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos

Em relação à despesa paga, a execução do Plano Plurianual de Investimentos, no exercício de 2015, foi a seguinte:

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		Funções Gerais	516 814,00 €	287 928,33 €
	111	Administração Geral	445 200,00 €	233 745,66 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	71 614,00 €	54 182,67 €
02		Funções Sociais	1 986 613,00 €	1 834 160,29 €
	211	Ensino não Superior	255 093,35 €	220 294,83 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00 €	0,00 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00 €	0,00 €
	232	Ação Social	100,00 €	0,00 €
	242	Ordenamento do Território	101 500,00 €	82 006,93 €
	243	Saneamento	813 200,00 €	812 294,43 €
	244	Abastecimento de Água	70 006,65 €	63 974,24 €
	245	Resíduos Sólidos	37 500,00 €	32 882,74 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	127 313,00 €	56 364,90 €
	251	Cultura	29 800,00 €	24 692,94 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	552 100,00 €	541 649,28 €
03		Funções Económicas	1 222 387,63 €	1 082 914,64 €
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	14 000,00 €	11 287,19 €
	320	Indústria e Energia	515 180,00 €	500 683,58 €
	331	Transportes Rodoviários	552 407,63 €	439 165,96 €
	341	Mercados e Feiras	7 000,00 €	4 594,58 €
	342	Turismo	133 800,00 €	127 183,33 €
04		Outras Funções	0,00 €	0,00 €
	420	Transferências entre Administrações	0,00 €	0,00 €
Total:			3 725 814,63 €	3 205 003,26 €

Quadro n.º 1 – “O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2015”.

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos e sabendo que este documento tem por base um período móvel de quatro anos, é notório que o Município no exercício de 2015 seguiu a mesma política adotada nos exercícios anteriores, na medida em que as Funções Sociais foram aquelas que maior peso tiveram no valor total da despesa paga, com a percentagem de 57,23%. Seguindo-se as Funções Económicas com 33,79% e as Funções Gerais com 8,98%.

No Plano Plurianual de Investimentos, a diferença registada entre o valor total pago de 3.205.003€ e o valor faturado de 3.268.592€, foi de 63.589€. Assim, o nível de execução da despesa paga foi de 86,02%, e da despesa faturada foi de 87,73%.

Desta forma o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos registou um aumento face aos graus executados nos exercícios anteriores, já que, no exercício de 2014 a execução tinha sido de 69,27%, no exercício de 2013 a execução tinha sido de 66,86%, no exercício de 2012 a execução tinha sido de 48,2%, no exercício de 2011 a execução tinha sido de 37,90% e em 2010 de 34,32%, no que diz respeito à despesa paga.

Do valor total pago foram despendidos 25,34% para o Saneamento, 16,90% para o Desporto Recreio e Lazer, 15,62% para Indústria e Energia, 13,70% para Transportes Rodoviários e 6,87% para Ensino não Superior.

Apesar do contexto difícil originado na crise nacional e internacional que o Programa de Assistência Externa acabou por agravar internamente e dos constrangimentos impostos, nomeadamente, nas imposições legislativas criadas a partir do exercício de 2012, o Município da Lousã manteve a sua aposta na intervenção Social, designadamente na Educação, no Abastecimento de Água e Saneamento e no Desporto, áreas relacionadas diretamente com o bem-estar e qualidade de vida. Manteve-se a aposta na Proteção Civil, área decisiva para este Concelho, principalmente na luta contra incêndios. Finalmente e a pensar no desenvolvimento futuro do Concelho a aposta no Turismo e nas vias de comunicação foram as decisões quanto à área de desenvolvimento económico.

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes

Além de uma breve referência à gestão que o Município pretende seguir no longo prazo, há a opção de utilizar um documento que estabeleça o desenvolvimento estratégico a adotar para o efeito e onde estejam estabelecidos programas e atividades, que assumem elevada importância e que não constam no Plano de Investimentos, tendo por base despesas maioritariamente correntes. O documento em causa trata-se das Atividades Mais Relevantes.

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		Funções Gerais	164 357,00 €	155 037,10 €
	111	Administração Geral	42 100,00 €	39 967,33 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	122 257,00 €	115 069,77 €
02		Funções Sociais	3 607 052,71 €	3 091 112,05 €
	211	Ensino não Superior	5 600,00 €	3 272,59 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 219 948,01 €	1 024 374,78 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	8 160,00 €	538,62 €
	232	Ação Social	108 500,00 €	93 568,18 €
	242	Ordenamento do Território	200,00 €	0,00 €
	243	Saneamento	564 227,39 €	502 116,48 €
	244	Abastecimento de Água	1 277 357,79 €	1 081 880,36 €
	245	Resíduos Sólidos	187 810,52 €	160 994,89 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	6 600,00 €	1 633,33 €
	251	Cultura	110 745,00 €	106 228,82 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	117 904,00 €	116 504,00 €
03		Funções Económicas	721 986,40 €	639 547,47 €
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	33 297,84 €	28 388,85 €
	320	Industria e Energia	343 604,53 €	341 858,51 €
	331	Transportes Rodoviários	101 050,00 €	73 482,41 €
	332	Transportes Aéreos	0,00 €	0,00 €
	341	Mercados e Feiras	0,00 €	0,00 €
	342	Turismo	244 034,03 €	195 817,70 €
04		Outras Funções	245 910,00 €	245 353,55 €
	420	Transferências entre Administrações	245 910,00 €	245 353,55 €
Total:			4 739 306,11 €	4 131 050,17 €

Quadro n.º 2 – “As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2015”.

As Atividades Mais Relevantes registaram uma execução de 95,26% em relação ao que foi realizado, face ao valor pago a execução foi de 87,17%.

Do valor pago das Atividades Mais Relevantes (AMR), as Funções Sociais contribuíram com 74,83%, as Funções Económicas com 15,48%, as Outras Funções com 5,94% e as Funções Gerais com 3,75%.

À semelhança dos exercícios anteriores, também no exercício de 2015, se confirma o peso das Funções Sociais no Orçamento dos Municípios. O paradigma de intervenção dos Municípios alterou-se e a maioria da sua despesa é aplicada em despesa corrente e direcionada essencialmente para as Funções Sociais. Como é fácil constatar as funções sociais representam 74,83% do total da despesa das Atividades mais relevantes com o programa Serviços Auxiliares de Ensino (refeições escolares, transportes escolares e prolongamento de horário) a absorver a maior verba, conjuntamente com o Abastecimento de Água, o Saneamento e os Resíduos Sólidos representando quase 67% do total da despesa das AMR.

Outro programa que teve um elevado impacto no valor total pago das Atividades Mais Relevantes foi o projeto “Industria e Energia”, tendo tido um peso de 8,28%, sendo constituído unicamente pela atividade “Iluminação Pública”.

As Funções Sociais (PPI e AMR) representam cerca de **35%** do total das despesas municipais.

2.3. A Execução Orçamental

2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita

As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada. Assim no exercício de 2015, a receita foi executada da seguinte forma:

RECEITA COBRADA BRUTA	Prevista	Cobrada	% de Realização	% de Desvio
Receitas Correntes	12 378 387,00 €	11 711 026,29 €	94,61%	5,39%
Receitas de Capital	1 668 873,58 €	1 174 673,78 €	70,39%	29,61%
Outras Receitas	1 000,00 €	3 956,34 €	395,63%	-295,63%
TOTAL	14 048 260,58 €	12 889 656,41 €		

No decorrer do exercício de 2015 foi executada menos receita bruta do que aquela que foi possível executar no exercício de 2014, mas manteve-se muito perto a % de execução, passando de 94% em 2014 para 93% em 2015.

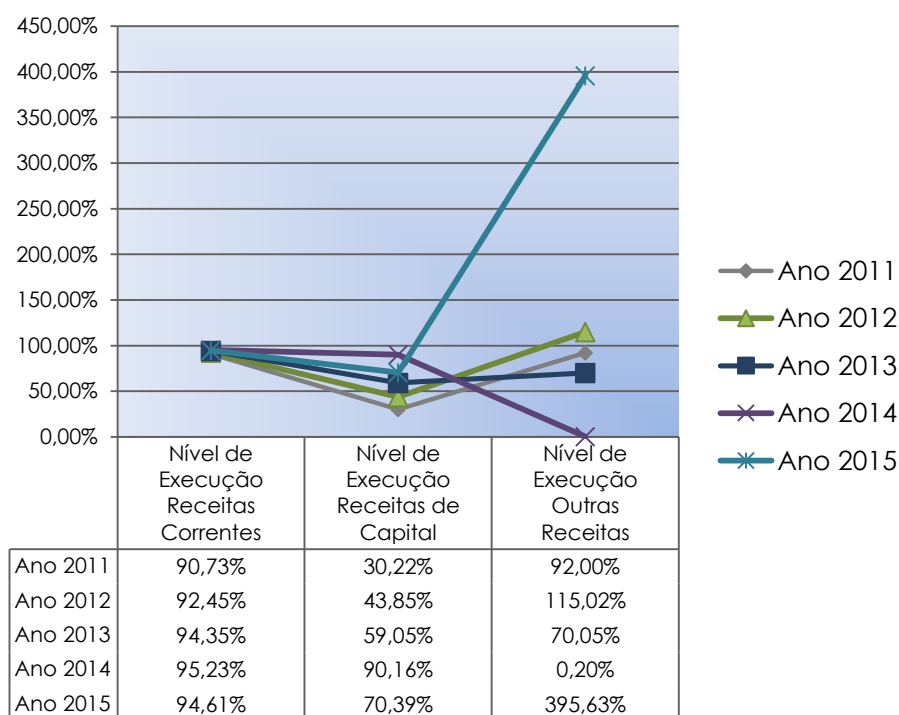


Gráfico n.º 22 – “Níveis de execução da Receita no exercício de 2011,2012,2013,2014 e 2015”.

2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa

O valor orçado das despesas, no exercício de 2015, foi de 15.775.500€ e no exercício anterior tinha sido de 16.159.822€. Este facto aliado a uma estabilização da execução da receita permitiu que o grau de execução da despesa no exercício de 2015 fosse superior à execução do mesmo período homólogo anterior, tanto ao nível da despesa faturada como da paga.

DESPESA	PREVISTA	PAGA	% de Realização	% de Desvio
Despesas Correntes	11 311 081,02 €	10 241 864,00 €	90,55%	9,45%
Despesas de Capital	4 464 419,00 €	3 938 595,08 €	88,22%	11,78%
Total:	15 775 500,02 €	14 180 459,08 €		

No exercício de 2014 tinham sido executadas aproximadamente 87,77% das despesas pagas correntes e 73,24% das despesas pagas de capital.

Em relação à despesa faturada, os níveis de execução foram os seguintes:

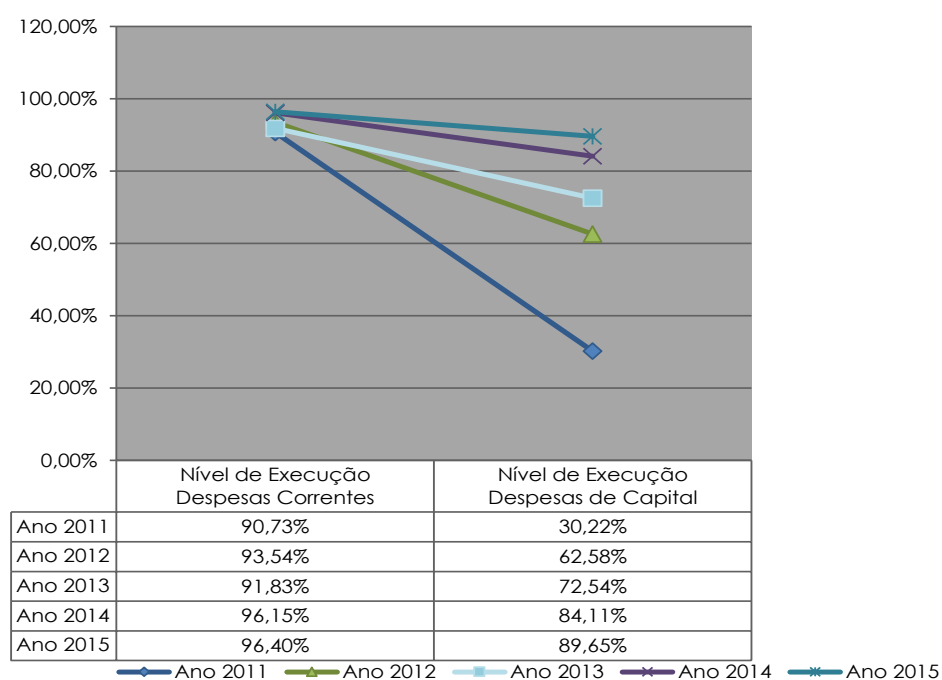


Gráfico n.º 23 – “Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2011,2012,2013, 2014 e 2015”.

2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental

Segundo o ponto 3.1.1. do POCAL, isto é, do Decreto – Lei n.º 54/99 de 22 de fevereiro têm de ser cumpridos vários princípios, nomeadamente, o Princípio do Equilíbrio Orçamental, que pressupõem o cumprimento do Equilíbrio Formal, ou seja, é necessário que sejam previstos os recursos necessários para fazer face a todas as despesas.

Ao nível da componente corrente do Orçamento é necessário existir o Equilíbrio Corrente, o qual exige que as despesas correntes não excedam as receitas correntes.

No exercício de 2015, o Município da Lousã cumpriu o equilíbrio corrente, na medida em que, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.469.162€, possibilitando pagar despesa de capital com receita corrente nesse montante.

	Correntes	Capital	Outras	Total
Receitas (1)	11 711 026,29 €	1 174 673,78 €	1 731 195,78 €	14 616 895,85 €
Despesa (2)	10 241 864,00 €	3 938 595,08 €	0,00 €	14 180 459,08 €
Poupança (3)=(1)-(2)	1 469 162,29	-2 763 921,30	1 731 195,78	436 436,77

No final do exercício de 2015, com a poupança total realizada teria sido possível diminuir o valor dos compromissos assumidos e não pagos.

No entanto, devido à aplicação da Lei n.º 8/2012, designada por “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA”, e pelo Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, de 21 de junho, existiram questões que a gestão municipal teve de considerar para que ambas as leis fossem cumpridas.

Segundo o artigo 14º do Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, para o cumprimento do disposto no artigo 7º da LCPA, no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior e, segundo o artigo 7º da LCPA, a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

O Município da Lousã no final de 2015 não tem pagamentos em atraso de acordo com o definido na LCPA. O Prazo Médio de Pagamentos do Município da Lousã a 31/12/2015 era de **45 dias**.

Com a entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, a regra do equilíbrio corrente prevista no POCAL é derogada e entrou em vigor uma nova regra de equilíbrio corrente.

De acordo com as novas regras apresentam-se de seguida os cálculos para o Município da Lousã:

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO		
	Un.: Euros (€)	
DESIGNAÇÃO	2015	
	Valores	Poupança
1. POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL		
Receita Corrente Previsional	12 378 387	
Despesa Corrente Previsional	11 311 081	1 067 305,98
2. POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA		
Receita Corrente Executada	11 711 026	
Despesa Corrente Executada	10 241 864	1 469 162,29
EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	2015	
	Valores	Poupança
Receita Corrente Bruta Cobrada	11 711 026	
Despesa Corrente Executada	10 241 864	
Amortizações de empréstimos de MLP executadas	562 968	
Amortizações médias de empréstimos de MLP	645 273	
Saldo do Equilíbrio Orçamental (amortizações executadas)		906 194,47
Saldo do Equilíbrio Orçamental (amortizações médias anuais)		823 889,61

Em conclusão apresentam-se um conjunto de rácios orçamentais:

RÁCIOS ORÇAMENTAIS	
DESIGNAÇÃO	2015
	%
Impostos Directos/Receita Corrente	26,22
Transferências Correntes/Receita Corrente	42,23
Transferências de Capital/ Receita de Capital	96,60
Receita de Empréstimos/Receita Total	0,30
Receita Corrente/Receita Total	90,86
Despesas de Pessoal/Despesa Corrente	36,32
Despesa Corrente/Despesa Total	72,23
Amortização e Juros de Empréstimos/Despesa Total	4,48
Investimento/Despesa de Capital	80,85
Investimento/Despesa Total	22,46
Despesas de Pessoal/Receita Corrente	31,77
FEF/Despesa Total	25,43
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total	4,93
Despesa Corrente/Receita Corrente	87,45
Despesa de Capital/Receita de Capital	335,29
Receita Total/Despesa Total	90,90
(Receita Total-Passivo Financeiro)/(Despesa Total-Amortizações)	94,37
Receitas Correntes Executadas/Receitas Correntes Orçadas	94,61
Receita Total ano n/Receita Total ano n-1	96,04
Despesas correntes executadas/Despesas correntes orçadas	90,55
Despesas de capital executadas/Despesas de capital orçadas	88,22
Despesas de capital/Despesas totais	27,77
Juros pagos /Receita corrente	0,62
Despesas ano n/Despesas ano n-1	105,10
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total Corrente	5,43

3. COMPONENTE PATRIMONIAL

O registo das operações que alteram a composição quantitativa ou qualitativa do património da autarquia, de maneira a que seja possível obter informação sobre a situação económica e financeira, como o valor de todo o património do município é feito na Contabilidade Patrimonial.

3.1. A Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o documento que apresenta os custos e os proveitos por natureza, sendo os resultados classificados em correntes e extraordinários. Os resultados correntes desagregam-se em resultados operacionais e financeiros.

3.1.1. Os Custos e Perdas do Município

Analisando os Custos e Perdas Operacionais incorridos na execução da atividade do Município é possível verificar que houve um decréscimo de 5% dos custos no exercício de 2015 face ao exercício anterior, visto que, foram suportados menos 659.660€.

Este decréscimo demonstra que o Município da Lousã manteve a inversão iniciada no ano 2014 do ciclo de aumento de custos operacionais que vinha desde 2011.

43

Custos e Perdas Operacionais	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%
Custos de Mercadorias Vendidas	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Custos das Matérias Consumidas	433 656,89 €	3,33%	303 152,31 €	2,33%	285 541,01 €	2,31%
Fornecimento e Serviços Externos	4 263 876,79 €	32,73%	4 265 681,46 €	32,75%	4 624 959,38 €	37,40%
Custos com Pessoal	4 277 032,91 €	32,83%	4 265 628,91 €	32,75%	3 710 775,52 €	30,01%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	576 881,23 €	4,43%	632 133,83 €	4,85%	916 630,50 €	7,41%
Amortizações do Exercício	3 325 612,49 €	25,53%	3 357 782,06 €	25,78%	2 707 663,79 €	21,89%
Provisões do Exercício	101 764,35 €	0,78%	139 588,06 €	1,07%	18 674,64 €	0,15%
Outros Custos e Perdas Operacionais	49 919,57 €	0,38%	62 578,10 €	0,48%	102 639,83 €	0,83%
Total	13 028 744,23 €	100,00%	13 026 544,73 €	100,00%	12 366 884,67 €	100,00%

Quadro n.º 3 – “Os Custos e Perdas Operacionais do exercício de 2013,2014 e 2015”.

Analisando o Custo das Matérias Consumidas no exercício de 2015 face ao período homólogo anterior verifica-se que houve um decréscimo de 17.611€. Já em relação aos Custos com o Pessoal o decréscimo foi de 13%, ou seja, o Município no exercício de 2015 reduziu em 554.853€ os custos com o pessoal.

Em relação às Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais foram suportados mais 284.496€ em relação ao valor suportado no exercício de 2014.

Os Outros Custos e Perdas Operacionais registado um aumento de 40.061€.

Os custos com as Amortizações do Exercício têm um peso de 21,88% no cômputo dos custos operacionais representando um custo muito elevado na estrutura operacional, na medida em que, o valor total dos custos operacionais subtraído do valor das amortizações seria de 9.659.220€, sendo este valor inferior aos proveitos operacionais registados.

Da estrutura de custos do Município para além dos Custos Operacionais, temos os Custos Financeiros e os Custos Extraordinários.

Custos e Perdas	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%
Custos e Perdas Operacionais	13 028 744,23 €	94,15%	13 026 544,73 €	95,47%	12 366 884,67 €	92,76%
Custos e Perdas Financeiras	121 662,99 €	0,88%	93 031,99 €	0,68%	70 192,17 €	0,53%
Custos e Perdas Extraordinárias	688 015,43 €	4,97%	524 892,85 €	3,85%	895 408,46 €	6,72%
Total:	13 838 422,65 €	100,00%	13 644 469,57 €	100,00%	13 332 485,30 €	100,00%

Quadro n.º 4 – “Estrutura de Custos e Perdas do exercício de 2013, 2014 e 2015”.

O Município da Lousã diminuiu os custos e perdas em 311.984€ entre 2014 e 2015 representando uma diminuição global de 2,29%.

Analisando a evolução dos Custos e Perdas Financeiras, do exercício de 2014 para o exercício de 2015, verificou-se um decréscimo dos custos no valor de 22.839€, representando um decréscimo de 24,55%.

Em relação aos Custos e Perdas Extraordinários verificou-se um aumento de 370.515€, representando um aumento de 70,59%.

Na estrutura de custos do Município a componente operacional assume um peso crucial, na medida em que, à componente financeira e extraordinária corresponderam somente 7,24%.

3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município

Da análise às Vendas e Prestações de Serviços, aos Impostos e Taxas, aos Trabalhos para a Própria Entidade, às Transferências e Subsídios Obtidos e aos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, constata-se que os proveitos obtidos da atividade do Município aumentaram 2,29%, representando um aumento de aproximadamente 250.069€, no exercício de 2015 em relação ao exercício anterior.

O maior aumento registou-se ao nível das Vendas e Prestações de Serviços na ordem dos 91.342€, seguindo-se os Impostos e Taxas com um aumento de 62.582€. As outras rubricas registaram também aumentos de 67.669€ nas Transferências e Subsídios obtidos e 28.475€ nos Outros Proveitos Operacionais.

Proveitos e Ganhos Operacionais	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%
Vendas e Prestações de Serviços	1 953 135,57 €	18,03%	2 034 365,91 €	18,64%	2 125 708,10 €	19,04%
Impostos e Taxas	3 236 053,54 €	29,88%	3 515 449,13 €	32,21%	3 578 031,79 €	32,05%
Trabalhos para a Própria Entidade	104 689,19 €	0,97%	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	5 399 440,23 €	49,85%	5 318 866,38 €	48,73%	5 386 535,75 €	48,24%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	138 462,19 €	1,28%	46 799,44 €	0,43%	75 274,88 €	0,67%
Total	10 831 780,72 €	100,00%	10 915 480,86 €	100,00%	11 165 550,52 €	100,00%

Quadro n.º 5 – “Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais do exercício de 2013, 2014 e 2015”.

Os Proveitos Operacionais assumem um peso elevado no cômputo do valor total dos proveitos, na medida em que, estes representam 82% do total.

Os valores registados nos Proveitos Financeiros e Extraordinários, registados no período em análise foram os seguintes:

Proveitos e Ganhos	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	10 831 780,72 €	90,33%	10 915 480,86 €	79,98%	11 165 550,52 €	82,10%
Proveitos e Ganhos Financeiros	529 710,92 €	4,42%	557 757,76 €	4,09%	574 870,51 €	4,23%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	629 476,30 €	5,25%	2 175 160,23 €	15,94%	1 859 922,54 €	13,68%
Total:	11 990 967,94 €	100,00%	13 648 398,85 €	100,00%	13 600 343,57 €	100,00%

Quadro n.º 6 – “Os Proveitos e Ganhos do exercício de 2013, 2014 e 2015”.

Do exercício de 2014 para o exercício de 2015, os Proveitos totais obtidos diminuíram 48.055€, tendo registado uma variação negativa de 0,35%.

Em relação aos Proveitos e Ganhos Financeiros o valor registado no exercício de 2015 foi superior ao do ano anterior, visto que, o valor registado aumentou 3,07%. Face aos Proveitos Extraordinários o valor de 2015 diminuiu 315.237€ face ao período homólogo anterior, representando uma diminuição de 14,49%.

3.1.3. Os Resultados do Município

Em relação aos Resultados Financeiros o Município da Lousã registou resultados positivos de 504.678€, relativamente aos Resultados Extraordinários o resultado também foi positivo no montante de 964.514€.

Relativamente ao Resultado Operacional a situação do exercício de 2015, à semelhança dos anos anteriores, foi a de que os Custos e Perdas Operacionais foram superiores aos Proveitos e Ganhos Operacionais, no entanto o Resultado Operacional melhorou 909.729€ relativamente a 2014 o que demonstra o esforço de equilíbrio que tem vindo a ser prosseguido na gestão das finanças autárquicas.

Esta situação é difícil de inverter devido ao facto de as Amortizações do Exercício representarem 2.707.663€ num total de 12.366.884€ e também devido à especificidade dos restantes custos da componente operacional serem de muito difícil redução no contexto autárquico. No caso dos Custos Com o Pessoal apesar da redução ser difícil neste exercício foi possível diminuí-los com alguma expressão.

Se a redução para equilibrar os resultados fosse feita ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos estes teriam de ser reduzidos em aproximadamente 50% atendendo ao mesmo nível de Proveitos e Ganhos Operacionais verificado no ano em análise, o que iria comprometer a execução da atividade municipal.

Outra via para equilibrar a componente operacional seria pela vertente dos Proveitos e Ganhos mas atendendo ao contexto sócio – económico atual, o aumento dos preços e das taxas cobrados implicaria um enorme sacrifício dos munícipes. Já o aumento das Transferências e Subsídios Obtidos dificilmente se verificará, na medida em que estas têm registado decréscimos sucessivos.

Importa salientar no entanto que o Cash-Flow do Município é bastante positivo situando-se em 2015 em 2.994.196€. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos situou-se nos 2.470.843€.

No exercício de 2013, 2014 e 2015, os resultados obtidos foram os seguintes:

RESULTADOS	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Resultados Operacionais	- 2 196 963,51 €	- 2 111 063,87 €	- 1 201 334,15 €
Resultados Financeiros	408 047,93 €	464 725,77 €	504 678,34 €
Resultados Correntes	- 1 788 915,58 €	- 1 646 338,10 €	- 696 655,81 €
Resultado Líquido do Exercício	-1 847 454,71 €	3 929,28 €	267 858,27 €

Quadro n.º 7 – “Os Resultados do exercício de 2013, 2014 e 2015”.

Analisando a evolução dos Resultados obtidos pelo Município da Lousã nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 é possível verificar que:

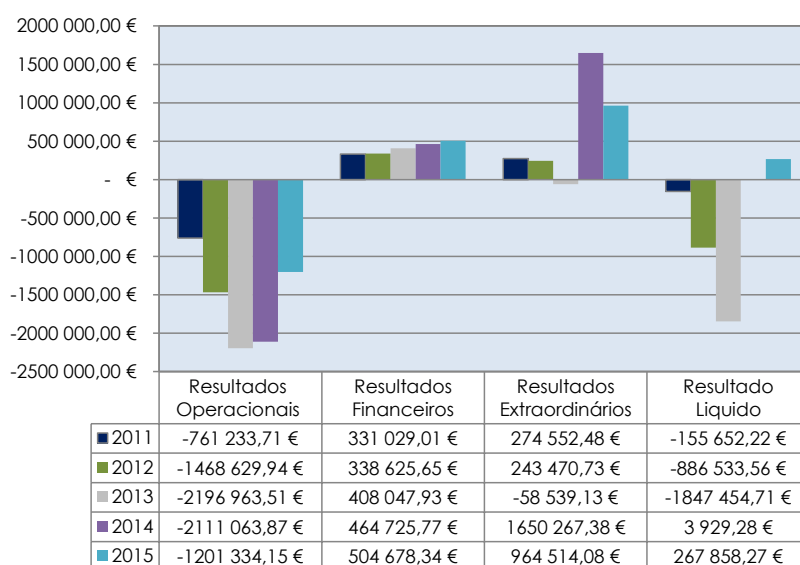


Gráfico n.º 24 – “Evolução dos Resultados do Município no exercício de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015”.

O facto de os Proveitos Globais em 2015 terem estabilizado face aos registados no exercício de 2014 e como os Custos Operacionais e Custos Financeiros diminuíram bastante face ao ano anterior, originou um Resultado Líquido do Exercício de 2015 de **267.858€**, tendo-se atingido pela segunda vez um Resultado Líquido do Exercício positivo.

3.2. O Balanço

O Balanço é uma fotografia da situação patrimonial do Município à data de 31 de dezembro de 2015, onde é expressa a relação existente entre o Ativo, o Passivo e os Fundos Próprios.

3.2.1. O Ativo

No período em análise os valores do Ativo foram os seguintes:

ATIVO	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%
Imobilizado:						
Bens de Domínio Público	16 247 195,59 €	27,40%	15 392 122,59 €	25,27%	14 455 405,44 €	24,33%
Imobilizações Incorpóreas	296 438,36 €	0,50%	181 674,63 €	0,30%	91 238,08 €	0,15%
Imobilizações Corpóreas	38 770 583,30 €	65,37%	39 410 038,94 €	64,71%	40 298 190,47 €	67,83%
Investimentos Financeiros	694 145,61 €	1,17%	1 201 561,47 €	1,97%	1 201 561,47 €	2,02%
Circulante:						
Existências	180 406,90 €	0,30%	529 959,86 €	0,87%	155 890,02 €	0,26%
Dívidas de Terceiros- Médio e Longo Prazo	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1 426 906,86 €	2,41%	1 616 046,98 €	2,65%	2 108 207,33 €	3,55%
Títulos Negociáveis	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1 174 897,78 €	1,98%	2 197 771,76 €	3,61%	837 402,08 €	1,41%
Acréscimos e Diferimentos	515 598,16 €	0,87%	370 821,87 €	0,61%	263 768,73 €	0,44%
TOTAL DO ATIVO:	59 306 172,56 €	100,00%	60 899 998,10 €	100,00%	59 411 663,62 €	100,00%

Quadro n.º 8 – “O Ativo nos períodos de 2013,2014 e 2015”.

Da análise ao Ativo é possível verificar que o Imobilizado tem um peso de 94,40% no seu total, representando um total de 56.046.395€. Este valor faz com que ao nível da Demonstração de Resultados as Amortizações do Exercício tenham um impacto elevado e já descrito no ponto dos Custos Operacionais, representando o enorme esforço de investimento que o Município fez nos últimos anos.

A componente do Ativo Circulante, no exercício de 2015, totalizou 5,66%.

O Ativo registou uma diminuição de 2,44% face ao período homólogo anterior, sendo esta diminuição justificada pela diminuição das existências em 70,58%, já as dívidas de terceiros aumentaram 30,45%, o Imobilizado registou uma diminuição de 0,25% e nos Acréscimos e Diferimentos houve uma redução de 40,59%. Em relação aos Depósitos em Instituições Financeiras e à Caixa apresentou uma diminuição de 61,90%.

Ainda em relação ao Imobilizado Bruto podemos verificar que houve um crescimento de 2,63% no valor total.

Ativo Imobilizado Bruto	Ano de 2011	Ano de 2012	Ano de 2013	Ano 2014	Ano 2015	Variação (%)
Bens de Domínio Público	30 351 382,47 €	30 897 669,21 €	31 885 783,22 €	32 627 107,44 €	33 335 288,43 €	2,17
Imobilizações Incorpóreas	1 343 591,50 €	1 559 197,70 €	1 582 261,28 €	1 583 621,28 €	1 584 054,10 €	0,03
Imobilizações Corpóreas	55 615 439,81 €	56 725 957,76 €	59 143 084,49 €	61 074 984,05 €	62 905 094,50 €	3,00
Investimentos Financeiros	950 645,61 €	950 645,61 €	694 145,61 €	1 201 561,47 €	1 201 561,47 €	0,00
Total do Ativo Imobilizado Bruto	88 261 059,39 €	90 133 470,28 €	93 305 274,60 €	96 487 274,24 €	99 025 998,50 €	

Quadro n.º 9 – “O Imobilizado Bruto do exercício de 2013,2014 e 2015”.

Assim, é possível verificar que o valor das Amortizações Acumuladas no exercício de 2015 foi de 42.979.603€ e, no exercício de 2014 as amortizações acumuladas tinham sido de 40.301.876€ tendo as amortizações do exercício de 2015 registado o valor de 2.707.663€.

3.2.2. O Passivo

No que toca às obrigações presentes do Município, provenientes de acontecimentos passados é possível verificar que houve uma diminuição de 7,95%, representando uma diminuição do Passivo de 1.756.192€.

Para a diminuição do Passivo contribuíram essencialmente as dívidas de longo, médio e curto prazo que diminuíram globalmente 18,67%, representando uma diminuição de 1.432.448€.

PASSIVO	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%
Provisões Para Riscos e Encargos	101 764,35 €	0,50%	70 264,35 €	0,32%	60 882,69 €	0,30%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	4 621 094,05 €	22,54%	4 912 613,48 €	22,25%	4 271 102,80 €	21,01%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 407 545,75 €	11,74%	2 758 413,09 €	12,49%	1 967 475,68 €	9,68%
Acréscimos e Diferimentos	13 371 973,86 €	65,22%	14 338 983,35 €	64,94%	14 024 620,35 €	69,00%
TOTAL DO PASSIVO:	20 502 378,01 €	100,00%	22 080 274,27 €	100,00%	20 324 081,52 €	100,00%

Quadro n.º 10 – “O Passivo do Município em 2013,2014 e 2015”.

3.2.3. Os Fundos Próprios

Os Fundos Próprios consistem na medida residual da demonstração da posição financeira, isto é os Ativos menos os Passivos, podendo ser positivos ou negativos. Representando o valor contabilístico da entidade.

No caso do Município da Lousã o valor dos Fundos Próprios no exercício de 2015 foi de 39.087.582€. Em relação ao exercício anterior verificou-se um aumento de 0,69%, representando um aumento de 267.858€. Tendo sido o segundo exercício em que o Município conseguiu criar valor.

No caso do Património e das Reservas o valor registado em 2015 face ao período anterior manteve-se inalterado. Em relação aos Resultados Transitados houve a integração do Resultado Líquido do Exercício de 2014 e consequentemente uma ligeira melhoria. O Resultado Líquido melhorou muito, passando de 3.929€ para 267.858€.

FUNDOS PRÓPRIOS	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%
Património	44 175 228,83 €	113,84%	44 175 228,83 €	113,80%	44 175 228,83 €	113,02%
Doações	18 836,50 €	0,05%	30 836,50 €	0,08%	30 836,50 €	0,08%
Resultados Transitados	-3 542 816,07 €	-9,13%	-5 390 270,78 €	-13,89%	-5 386 341,50 €	-13,78%
Resultado Líquido	-1 847 454,71 €	-4,76%	3 929,28 €	0,01%	267 858,27 €	0,69%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	38 803 794,55 €	100,00%	38 819 723,83 €	100,00%	39 087 582,10 €	100,00%

Quadro n.º 11 – “Valores dos Fundos Próprios do Município em 2013,2014 e 2015”.

3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros

No exercício de 2015 há a destacar a melhoria da Autonomia Financeira do Município.

RÁCIO	DESCRIÇÃO	VALOR				
		Exercício 2011	Exercício 2012	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2015
Liquidez Geral: Ativo Circulante/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Geral, mede o grau em que as dívidas a curto prazo podem ser cobertas pelo Ativo Circulante. Quanto maior for o rácio, maior certeza se terá que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.	0,64	0,77	1,37	1,71	1,71
Liquidez Imediata: Disponível/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Imediata, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas disponibilidades.	0,11	0,42	0,49	0,80	0,43
Liquidez Reduzida: (Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante	O Rácio Liquidez Reduzida, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelo Ativo Circulante subtraído das Existências.	0,59	0,71	1,29	1,52	1,63
Endividamento: Dívidas a Terceiros C/P/ Fundos Próprios e passivo	O Rácio do Endividamento permite apurar o grau em que a Autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.	0,06	0,05	0,04	0,05	0,03
Autonomia Financeira: Fundos Próprios/Ativo Total	O Rácio da Autonomia Financeira traduz a capacidade da Autarquia de financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.	0,69	0,69	0,65	0,64	0,66
Cobertura Imob. Pelos Capitais Permanentes: Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	O Rácio da Cobertura do Imobilizado Pelos Capitais Permanentes, mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.	0,81	0,81	0,78	0,78	0,77

Quadro n.º 12 – “Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2011 a 2015”.

A Liquidez imediata piorou com a diminuição do valor das disponibilidades entre 2014 e 2015, mas a Liquidez Geral e a Liquidez Reduzida mantiveram-se estáveis o que demonstra a consolidação da política de pagamentos do Município em prazos curtos.

Analisando a evolução tanto da Liquidez Geral, como da Imediata, como da Reduzida, no período de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, verificamos que o exercício de 2015 consolidou as melhorias alcançadas em 2014.

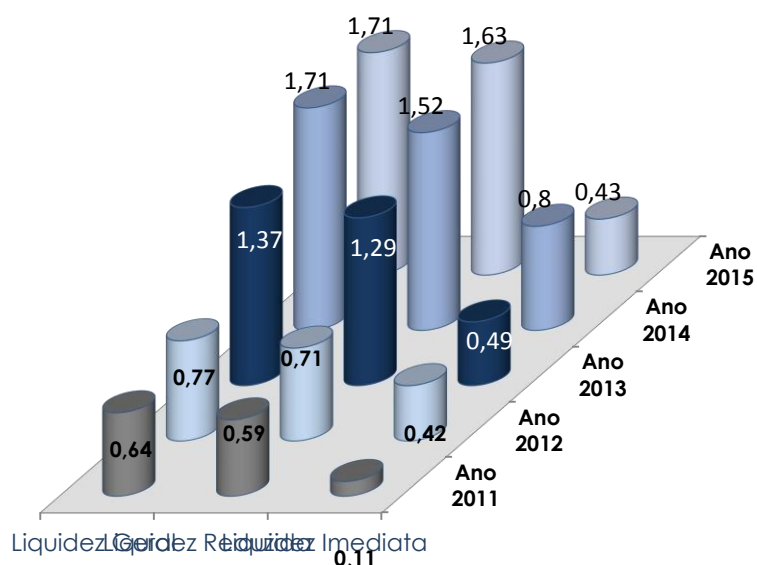


Gráfico n.º 25 – “Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2011 a 2015”

3.4. As Dívidas e o Endividamento Municipal

52

3.4.1. As Dívidas De e A Terceiros

Face às dívidas que existem para com o Município o valor aumentou do exercício de 2014 para o de 2015 no montante 492.160€ representando um aumento de 30,45% que se justificou pelo aumento em quase todas as rubricas deste agregado, nomeadamente nos Outros devedores.

Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015
Cientes Conta Corrente	100 168,43 €	117 717,87 €	133 683,90 €
Contribuintes Conta Corrente	30 798,04 €	61 531,82 €	70 933,68 €
Utentes Conta Corrente	32 368,69 €	69 324,93 €	101 165,36 €
Estado e Outros Entes Públicos	129 703,57 €	140 815,34 €	123 586,51 €
Outros Devedores	1 133 868,13 €	1 226 657,02 €	1 678 837,88 €
Total das Dívidas de Terceiros	1 426 906,86 €	1 616 046,98 €	2 108 207,33 €

Quadro n.º 13 – “As Dívidas De Curto Prazo do período de 2013 a 2015”.

Em relação às Dívidas a Curto Prazo que o Município tem para com terceiros, no período de 2014 a 2015, a dívida diminuiu em **790.937€**.

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015
Fornecedores Conta Corrente	1 237 953,98 €	1 145 319,22 €	711 356,33 €
Clientes e Utentes Com Cauções	10 182,65 €	10 182,65 €	,00 €
Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente	119 719,41 €	492 203,91 €	72 861,66 €
Estado e Outros Entes Públicos	60 895,25 €	86 122,93 €	102 532,81 €
Outros Credores	456 679,31 €	462 420,50 €	495 188,17 €
Empréstimos de MLP - componente de curto prazo	522 115,15 €	562 163,88 €	585 536,71 €
Total das Dívidas a Terceiros Curto Prazo	2 407 545,75 €	2 758 413,09 €	1 967 475,68 €

Quadro n.º 14 – “As Dívidas A Curto Prazo do período de 2013 a 2015”.

No final do exercício de 2014 as Dívidas aos Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado registaram um decréscimo de dívida de 853.305€, tendo sido os agregado que mais contribuíram para o decréscimo da dívida de curto prazo.

Em relação à dívida com empréstimos de Médio e Longo Prazo, no final do exercício de 2015, analisando o período de 2014 a 2015 verifica-se que diminuiu cerca de 641.510€ a sua componente de MLP.

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015
Dívidas a Instituições de Crédito	4 441 295,53 €	4 317 658,99 €	3 769 651,68 €
Dívidas Leasing e Dívida FAM	179 798,52 €	594 954,49 €	501 451,12 €
Total das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	4 621 094,05 €	4 912 613,48 €	4 271 102,80 €

3.4.2. O Endividamento Municipal

Em relação ao Endividamento Municipal, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, alterou profundamente o cálculo dos limites do endividamento municipal. Com a entrada em vigor deste diploma passou a existir um único limite, denominado Limite da Dívida Total.

Analisando os cálculos de acordo com o estabelecido por lei verifica-se que:

QUADRO : LIMITE DA DÍVIDA TOTAL		
DESIGNAÇÃO	2015 (01/01/2015)	2015 (31/12/2015)
1. Receita Corrente Líquida Cobrada	32 291 678	32 291 678
1.1 Receita Corrente Líquida Cobrada 2012	10 312 705	10 312 705
1.2 Receita Corrente Líquida Cobrada 2013	10 748 266	10 748 266
1.3 Receita Corrente Líquida Cobrada 2014	11 230 707	11 230 707
2. Média da Receita Corrente Líquida Cobrada (últimos três anos)	10 763 893	10 763 893
3. Majoração da Média em 1,5 %	16 145 839	16 145 839
Dívida de Operações Orçamentais	1 471 874	785 393
Empréstimos Obtidos	4 879 823	4 355 188
Faturas em recepção e conferência	160 608	102 102
Contratos de Leasing (capital em dívida)	179 823	159 187
Contribuição das Associações de Municípios para a dívida total	31 842	22 858
Contribuição do SEL para a dívida total	0	0
4. Total da dívida de operações orçamentais	6 723 970	5 424 729
Margem total disponível em 01/01/2015	9 421 869	
Margem disponível para ser utilizada no ano 2015	1 884 374	Margem Utilizada -1 299 241

Quadro n.º 15 – “Valores dos Limites impostos por Lei”.

Assim, da análise do quadro n.º 15 verifica-se que o Limite da Dívida Total do Município da Lousã é de 16.145.839€. No final do ano 2015 tinha 5.401.871€ de dívida de operações orçamentais e 5.424.729€ incluindo as Associações de Municípios e o SEL. A margem disponível que tinha para ser utilizada em 2015 era de 1.884.374€ dos quais não utilizou nada.

Em conclusão o Município da Lousã cumpriu com margem muito elevada o novo Limite da Dívida Total previsto no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

3.4.3. Os Pagamentos em Atraso

O Município da Lousã terminou o exercício de 2015 cumprindo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, não tendo pagamentos em atraso de acordo com a definição da Lei.

O Município da Lousã terminou o ano de 2015 com um Prazo Médio de Pagamentos de 45 dias.

Prazo Médio de Pagamentos				2015
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	4º trimestre
PMP	141	67	58	45

Quadro n.º 16 – “Evolução do Prazo Médio de Pagamentos”

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se apresentam “visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo”, como está definido no ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º54-A/99. A sua exigibilidade está expressa no ponto 2, art.º6 do Decreto-Lei n.º54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no ponto 3.2 do POCAL.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações do Município (entidade contabilística), segundo os princípios do custo histórico, prudência, especialização dos exercícios, materialidade e da não compensação.

O princípio da forma prevaleceu sobre o da substância em consonância com o disposto no POCAL, exceto para a contabilização das aquisições de bens através de contratos de locação financeira.

56

Notas:

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local.

- Tanto o Balanço como a Demonstração de Resultados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POCAL.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Taxas de Amortização – Redes de Abastecimento Público e Águas Residuais do Concelho da Lousã

A Divisão de Obras Municipais realizou uma análise técnica sobre o período de depreciação das redes de água e saneamento do Concelho da Lousã, chegando à conclusão que o período médio de amortização para este tipo de investimentos deverá ser de 40 anos.

Constata-se que nos exercícios anteriores o Município da Lousã estava a amortizar este tipo de investimentos a uma taxa de 5% (20 anos).

Analisando a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e a prática que tem vindo a ser seguida em outros sistemas de abastecimento e tratamento em baixa (nomeadamente Coimbra e Figueira da Foz), passámos a utilizar a taxa mínima de amortização (2,5% - 40 anos) para este tipo de investimentos, alterando assim a política contabilística que tem vindo a ser seguida. Esta alteração teve efeitos no exercício de 2015, tendo sido feitos os ajustamentos necessários nestes grupos homogéneos.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.1 do POCAL, foi aprovado pela Câmara Municipal o Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado da Autarquia (RCIIA) que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. O RCIIA faz parte integrante da Norma de Controlo Interno da Autarquia. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao imobilizado corpóreo e bens de domínio público, foram os que constam desse regulamento, estando os critérios de acordo com as disposições do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

a) Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público

a 1) O imobilizado corpóreo é registado pelo valor de aquisição ou de produção, incluindo todas as despesas com a compra.

a 2) As amortizações são calculadas em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes por duodécimos.

Taxas de Amortização – Redes de Abastecimento Público e Águas Residuais do Concelho da Lousã

A Divisão de Obras Municipais realizou uma análise técnica sobre o período de depreciação das redes de água e saneamento do Concelho da Lousã, chegando à conclusão que o período médio de amortização para este tipo de investimentos deverá ser de 40 anos.

Constata-se que nos exercícios anteriores o Município da Lousã estava a amortizar este tipo de investimentos a uma taxa de 5% (20 anos).

Analisando a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e a prática que tem vindo a ser seguida em outros sistemas de abastecimento e tratamento em baixa (nomeadamente Coimbra e Figueira da Foz), passámos a utilizar a taxa mínima de amortização (2,5% - 40 anos) para este tipo de investimentos, alterando assim a política contabilística que tem vindo a ser seguida. esta alteração teve efeitos no exercício de 2015, tendo sido feitos os ajustamentos necessários nestes grupos homogêneos.

b) Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com grau de acabamento e faturação das obras e trabalhos específicos (Imobilizado Incorpóreo).

c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) são relevados ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros estão expressos no mapa de ativos de Rendimento Fixo e na nota 8.2.16.

d) Existências

As Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

e) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

f) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

g) Acréscimos e Diferimentos / Especialização dos exercícios

As receitas são reconhecidas nos exercícios a que dizem respeito independentemente do seu recebimento.

As despesas são igualmente reconhecidas quando ocorrem, independentemente do seu pagamento. As diferenças resultantes são relevadas nas rubricas de “ Acréscimos e Diferimentos”: Acréscimos de Proveitos; Custos Diferidos; Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

Incluem-se nestas contas, seguros a liquidar, remunerações a liquidar, consumos de água, eletricidade, telecomunicações, despesas antecipadas de seguros, especialização de custos diversos, juros a receber , especialização de proveitos diversos e subsídios ao investimentos(FEDER e outros).

h) Aquisições em locação financeira

Os valores de capital indicados nos contratos de aquisição de bens em regime de locação financeira são registados nas respetivas contas de imobilizado, e de fornecedores de imobilizado. Os encargos financeiros debitados são relevados nas adequadas contas de custo do exercício.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

- Não Aplicável.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado: por valorimetrias diferentes das previstas nos critérios de valorimetria; por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas e por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

- Não Aplicável.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de Instalação» e 432 «Despesas de Investigação e de Desenvolvimento».

- O valor da conta 432 - Despesas de Investigação e de Desenvolvimento reflete o Projeto Educativo da Lousã, o valor dos trabalhos realizados no âmbito da quarta fase do Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Av. D. Manuel I e Levantamento topográfico para atualização da base topográfica Centro de Saúde, Escola e Estação do Espírito Santo e área envolvente.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	145 380,29	0,00	0,00	0,00	0,00	145 380,29
452	Edifícios	46 746,92	0,00	0,00	0,00	0,00	46 746,92
453	Outras construções e infraestruturas	32 248 930,66	0,00	12 190,00	0,00	772 306,55	33 033 427,21
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	186 049,57	0,00	920 222,85	0,00	-996 538,41	109 734,01
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		32 627 107,44	0,00	932 412,85	0,00	-224 231,86	33 335 288,43
431	Despesas de instalação	66 230,11	0,00	0,00	0,00	0,00	66 230,11
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	1 504 200,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 504 200,56
433	Propriedade industrial e outros direitos	13 190,61	0,00	432,82	0,00	0,00	13 623,43
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 583 621,28	0,00	432,82	0,00	0,00	1 584 054,10
421	Terrenos e recursos naturais	10 082 860,95	0,00	123 615,97	0,00	0,00	10 206 476,92
422	Edifícios e outras construções	37 721 760,82	0,00	19 797,55	0,00	4 617 243,96	42 358 802,33
423	Equipamento básico	4 122 638,28	0,00	71 670,00	1 455,09	-12 896,62	4 179 956,57
424	Equipamento de transporte	2 861 279,65	1 197,68	44 667,00	14 159,36	-3 200,67	2 889 784,30
425	Ferramentas e utensílios	755 754,77	0,00	25 440,44	0,00	0,00	781 195,21
426	Equipamento administrativo	871 612,49	0,00	28 746,54	0,00	0,00	900 359,03
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	163 188,59	0,00	3 326,00	0,00	0,00	166 513,59
442	Imobilizações em curso	4 498 888,50	0,00	1 319 130,15	0,00	-4 393 012,10	1 422 006,55
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		61 074 984,08	1 197,68	1 636 392,65	15 614,45	208 134,57	62 905 094,50
411	Partes de capital	682 854,43	0,00	0,00	0,00	0,00	682 854,43
412	Obrigações e títulos de participação	508 366,36	0,00	0,00	0,00	0,00	508 366,36
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	10 340,68	0,00	0,00	0,00	0,00	10 340,68
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 201 561,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1 201 561,47

Quadro n.º 17 – “Ativo Bruto/Imobilizado Bruto”.

Ano: 2015		Amortizações e Provisões			Unidade: Euros
Até à data: 31/12/2015					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	7 777,86	1 324,37	0,00	9 102,23
Outras construções e infraestruturas	4853	17 227 206,99	1 643 573,77	0,00	18 870 780,76
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		17 234 984,85	1 644 898,14	0,00	18 879 882,99
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	66 230,11	0,00	0,00	66 230,11
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	1 324 266,01	90 869,37	0,00	1 415 125,38
Propriedade industrial e outros direitos	4833	11 460,53	0,00	0,00	11 460,53
		1 401 946,65	90 869,37	0,00	1 492 816,02
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	1 512 000,54	178 580,13	0,00	1 690 580,67
Outras construções	48222	13 173 693,11	412 887,50	0,00	13 586 580,61
Equipamento básico	4823	3 292 653,57	189 464,96	13 405,91	3 495 524,44
Equipamento de transporte	4824	2 172 444,81	145 009,26	16 531,45	2 333 985,52
Ferramentas e utensílios	4825	694 152,44	17 150,17	0,00	711 302,61
Equipamento administrativo	4826	810 906,73	26 572,86	0,00	837 479,59
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	9 093,91	2 231,40	0,00	11 325,31
		21 664 945,11	971 898,28	29 937,36	22 666 780,75
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

Quadro n.º 18 – “Amortizações e Provisões”.

8.2.8 Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado. À exceção dos edifícios e outras construções e viaturas (a desagregar elemento por elemento), poderá ser efetuada por grupos homogêneos (conjunto de elementos da mesma espécie cuja amortização obedeça ao mesmo regime e deva iniciar-se no mesmo ano);

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e de reavaliação;

Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação;

Taxas de amortização;

Amortizações do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

- *Informações relativas à nota 8.2.8 encontram-se **nos quadros da nota 8.2.7** e no Inventário aprovado com os documentos da prestação de contas (todos os dados estão inseridos na base de dados informática SIC da AIRC).*

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- *Não Aplicável.*

62

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- *Não Aplicável.*

8.2.11 Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

- *Não Aplicável.*

8.2.12 Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Imobilizações reversíveis;

Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados.

- *Não Aplicável.*

8.2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

- *Os bens adquiridos em regime de locação financeira pela Autarquia são os seguintes:*

-Terreno Rústico:

Valor Contabilístico: 383.451,71€;

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- *Não aplicável*

8.2.15 Relação dos bens de domínio público que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- *Os bens do património histórico, artístico e cultural não estão valorizados porque decidiu-se que a sua valorização iria destorcer a imagem do Balanço.*

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

ENTIDADES PARTICIPADAS

Empresa	Valor Participação (1)	Valor Aquisição (Conta 41)	Capital Social (2)	% Participação (3)= (1) / (2)	Capital Próprio (4)0	Ano Ref.	Valorização da Participação (6) = (3)*(4)	Diferença (7) = (6) - (1)	Rliquido
Águas do Centro Litoral, SA	449 867,00	449 867,00	39 974 968,10	1,13%	86 805 945,70	2015	976 889,59	527 022,59	3 813 844,98
Coimbravita - Agência de Desenvolvimento Regional S.A. - Em Liquidação	7 481,97	7 481,97	393 750,00	1,90%	387 297,21	2007	7 359,36	-122,61	-58 265,56
EmeQatro	1 600,00	50 300,00	5 000,00	32,00%	-324 642,62	2015	-103 885,64	-154 185,64	13 861,16
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro SA	51 680,00	24 705,46	8 500 000,00	0,61%	61 941 944,00	2015	376 607,02	351 901,56	2 010 199,00
Metro Mondego, S.A.	150 500,00	150 500,00	1 075 000,00	14,00%	31 074 614,55	2015	4 350 446,04	4 199 946,04	-20 236,70

a) - Foi subscrito o Fundo de Apoio Municipal, regulamentado pela Lei n.º 53/2014 de 25/8 no montante de 508.366,36€ e está registado na conta 412-Obrigações e Títulos de Participação.

8.2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos Negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.18 Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

- Não Aplicável.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

- Não Aplicável.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

- Não Aplicável.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

- O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é de 144.160,73€, valor este provisionado a 100%.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

- Não Aplicável.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

- Não Aplicável.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

-Os montantes em dívida ao Estado e outros entes públicos dizem respeito às retenções nos salários do mês de Dezembro para serem entregues no mês de Janeiro de 2016

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1 542 021,23		236 034,75		1 778 055,98	
09321	Prestadas por Fomecedores de o/c			18 786,46		18 786,46	
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	1 303 835,03		217 248,29		1 521 083,32	
09323	Prestadas por Outros Credores	238 186,20				238 186,20	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				126 586,93		126 586,93
09331	Devolvidas a Fomecedores de o/c						
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				126 586,93		126 586,93
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Aclonadas						
09341	Aclonadas a Fomecedores de o/c						
09342	Aclonadas a Fomecedores de Imobilizado						
09343	Aclonadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		1 542 021,23		236 034,75	126 586,93	1 651 469,05	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	A responsabilidade do Tesoureiro	130 171,47		18 776,48	19 910,58	129 037,37	
0922	A responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		130 171,47		18 776,48	19 910,58	129 037,37	
Total		1 672 192,70		254 811,23	146 497,51	1 780 506,42	

Quadro n.º 19– “Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem”.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

66

Ano: 2015

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Até à data: 31/12/2015

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	133 088,06	12 556,30	1 483,63	144 160,73
292	Provisões para Riscos e Encargos	70 264,35	6 118,34	15 500,00	60 882,69
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro n.º 20 – “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas”.(no final deste capítulo)

8.2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

- Os movimentos na conta 59 – “Resultados transitados” dizem respeito à transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2014

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Câmara Municipal da Lousã			Ano: 2015
(designação da entidade local)			(unidade: EUR)
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	
Existências Iniciais	0,00	529 959,86	
Compras	0,00	301 641,90	
Regularizações de Existências	0,00	-390 170,64	
Existências Finais	0,00	155 890,02	
Custos no Exercício		285 541,10	

Quadro n.º 21 – “Demonstração do CMVMC”.

8.2.30 Demonstração da variação da produção, como segue:

Demonstração da Variação da Produção				Unidade: Euros
Ano: 2015				Até à data: 31/12/2015
Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulos	Produtos e trabalhos em curso	
Existências Finais	33 0,00	34 0,00	35 0,00	
Regularizações de Existências	363 0,00	384 0,00		
Existências Iniciais	33 0,00	34 0,00	35 0,00	
Aumento/Redução no Exercício	_____ 0,00	_____ 0,00	_____ 0,00	

Quadro n.º 22 – “Demonstração da Variação da Produção”.

8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros:

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2015

Até à data: 31/12/2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	69 094,63	91 596,61	781	Juros obtidos	11 768,52	13 635,85
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	503 275,58	507 143,30
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	59 826,41	36 978,61
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	1 097,54	1 435,38	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	504 678,34	464 725,77	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		574 870,51	557 757,76			574 870,51	557 757,76

Quadro n.º 23 – “Demonstração dos Resultados Financeiros”.

8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários:

68

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015

Até à data: 31/12/2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	93 000,00	124 000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	540,18	17 664,73	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	417 956,83	10 991,23	793	Ganhos em existências	27 786,10	314 339,89
694	Perdas em imobilizações	1 152,62	39 318,00	794	Ganhos em imobilizações	2 309,89	14 809,21
695	Multas e Penalidades	2 613,40	9 951,75	795	Benefícios de penalidades contratuais	38 134,21	20 280,86
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	16 983,63	38 000,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	358 389,25	319 773,40	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1 331 585,00	164 915,30
698	Outros custos e perdas extraordinárias	21 756,18	3 193,74	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	443 123,71	1 622 814,97
	Resultados extraordinários	964 514,08	1 650 267,38				
		1 859 922,54	2 175 160,23			1 859 922,54	2 175 160,23

Quadro n.º 24 – “Demonstração dos Resultados Extraordinários”.

5. RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO AO PAEL

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2015 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF
	2014			2015		
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	117 350,50	656 543,08	539 192,58	149 606,28	1 727 239,44	1 577 633,16
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	30,00	30,00	0,00	3 956,34	3 956,34
A3. Receita efetiva	12 403 498,66	14 124 760,03	1 721 261,37	11 475 842,53	12 847 366,73	1 371 524,20
A3.1. Receita corrente	9 933 498,66	11 258 990,32	1 325 491,66	10 005 842,53	11 711 026,29	1 705 183,76
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	2 470 000,00	2 865 769,71	395 769,71	1 470 000,00	1 136 340,44	-333 659,56
... da qual						
A3.2.1. Venda de bens de investimento	0,00	91 503,00	91 503,00	0,00	1 654,25	1 654,25
A4. Despesa efetiva	11 858 757,42	12 970 505,86	1 111 748,44	10 950 239,20	13 544 867,26	2 594 628,06
A4.1. Correntes	9 283 757,42	10 006 886,24	723 128,82	8 275 239,20	10 241 864,00	1 966 624,80
... das quais						
A4.1.1. Juros	93 757,42	91 269,00	-2 488,42	85 239,20	71 841,14	-13 398,06
a. Resultantes do PAEL	21 917,75	21 332,32	-585,43	20 455,38	19 658,92	-796,46
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	71 839,67	34 395,56	-37 444,11	64 783,82	32 433,43	-32 350,39
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	35 541,12	35 541,12	0,00	19 748,79	19 748,79
A4.1.2. Despesas com pessoal	4 440 000,00	4 254 744,48	-185 255,52	4 440 000,00	3 720 326,14	-719 673,86
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	2 575 000,00	2 963 619,62	388 619,62	2 675 000,00	3 303 003,26	628 003,26
A5. Saldo global	544 741,24	1 154 254,17	609 512,93	525 603,33	-697 500,53	-1 223 103,86
A5.1. Saldo corrente	649 741,24	1 252 104,08	602 362,84	1 730 603,33	1 469 162,29	-261 441,04
A5.2. Saldo de capital	-105 000,00	-97 849,91	7 150,09	-1 205 000,00	-2 166 662,82	-961 662,82
A6. Saldo primário	638 498,66	1 245 523,17	607 024,51	610 842,53	-625 659,39	-1 236 501,92
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	-72 624,00	-72 624,00
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	72 624,00	72 624,00
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-512 485,46	-83 587,81	428 897,65	-515 046,49	-524 634,48	-9 587,99
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	438 306,52	438 306,52	0,00	38 333,34	38 333,34
A8.2. Despesas de passivos financeiros	512 485,46	521 894,33	9 408,87	515 046,49	562 967,82	47 921,33
a. Resultantes do PAEL	53 999,95	63 611,32	9 611,37	55 462,32	63 611,32	8 149,00
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	458 485,51	458 283,01	-202,50	459 584,17	499 356,50	39 772,33
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A9. Receita total	12 403 498,66	14 563 096,55	2 159 597,89	11 475 842,53	12 889 656,41	1 413 813,88
A10. Despesa total	12 371 242,88	13 492 400,19	1 121 157,31	11 465 285,69	14 180 459,08	2 715 173,39
A11. Saldo para a gerência seguinte	149 606,28	1 727 239,44	1 577 633,16	160 163,12	436 436,77	276 273,65
A12. Serviço da dívida	606 242,88	613 163,33	6 920,45	600 285,69	634 808,96	34 523,27
A13. Endividamento total	4 683 710,09	7 147 090,45	2 463 380,36	3 968 663,60	5 678 704,81	1 710 041,21
A13.1. Bancário	4 353 710,09	4 879 822,87	526 112,78	3 838 663,60	4 355 188,39	516 524,79
A13.1.1. Médio e longo prazo	4 353 710,09	4 879 822,87	526 112,78	3 838 663,60	4 355 188,39	516 524,79
a. Resultante do PAEL	774 195,93	763 335,75	-10 860,18	718 733,61	699 724,43	-19 009,18
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	3 579 514,16	4 116 487,12	536 972,96	3 119 929,99	3 655 463,96	535 533,97
A13.1.2. Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A13.2. Fornecedores	300 000,00	1 796 735,26	1 496 735,26	100 000,00	922 551,11	822 551,11
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	30 000,00	470 532,32	440 532,32	30 000,00	400 965,31	370 965,31
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	60	58	-2,00	30	45	15,00

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os em PMP Provisório

QUADRO II: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio face ao previsto
	Valores estimados PAF			Valores estimados PAF		
	2014			2015		
Receitas correntes	9 933 498,66	11 258 990,43	-1 325 491,77	10 005 842,53	11 711 026,29	-1 705 183,76
Impostos directos	2 488 472,86	2 847 286,98	-358 814,12	2 350 000,00	3 070 695,45	-720 695,45
IMI	1 580 034,57	2 017 116,11	-437 081,55	1 600 000,00	2 060 937,26	-460 937,26
IMT	414 465,42	193 829,96	220 635,46	300 000,00	396 750,21	-96 750,21
Derrama	207 712,69	279 710,46	-71 997,77	160 000,00	270 443,30	-110 443,30
Outros	286 260,18	356 630,45	-70 370,27	290 000,00	342 564,68	-52 564,68
Impostos indirectos	127 071,98	168 480,48	-41 408,51	120 000,00	194 931,16	-74 931,16
Taxas, multas e outras penalidades	405 997,56	487 604,23	-81 606,68	402 000,00	595 829,91	-193 829,91
Taxas	356 296,27	467 166,33	-110 870,06	350 000,00	557 697,68	-207 697,68
Multas	49 701,29	20 437,90	29 263,39	52 000,00	38 132,23	13 867,77
Rendimentos da propriedade	819 600,29	558 465,67	261 134,62	980 842,53	575 401,34	405 441,19
Transferências correntes	4 000 000,00	5 049 806,40	-1 049 806,40	4 000 000,00	4 945 225,45	-945 225,45
Venda de bens e serviços correntes	2 061 136,47	2 095 604,95	-34 468,48	2 123 000,00	2 216 251,56	-93 251,56
Venda de bens	1 183 531,21	1 061 694,66	121 836,55	1 200 000,00	1 199 373,19	626,81
Serviços	854 537,24	1 024 699,81	-170 162,57	900 000,00	995 574,89	-95 574,89
Rendas	23 068,01	9 210,48	13 857,53	23 000,00	21 303,48	1 696,52
Outras receitas correntes	31 219,51	51 741,72	-20 522,21	30 000,00	112 691,42	-82 691,42
Receitas de capital	2 470 000,00	3 304 076,23	-834 076,23	1 470 000,00	1 174 673,78	295 326,22
Venda de bens de investimento	0,00	91 503,00	-91 503,00	0,00	1 654,25	-1 654,25
Terrenos	0,00	1 451,50	-1 451,50	0,00	1 181,25	-1 181,25
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de investimento	0,00	90 051,50	-90 051,50	0,00	473,00	-473,00
Transferências de capital	2 470 000,00	2 774 266,71	-304 266,71	1 470 000,00	1 134 686,19	335 313,81
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 470 000,00	355 758,00	1 114 242,00	1 470 000,00	360 596,00	1 109 404,00
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00	438 306,52	-438 306,52	0,00	38 333,34	-38 333,34
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	30,00	-30,00	0,00	3 956,34	-3 956,34
Total receita	12 403 498,66	15 219 639,63	-2 816 140,97	11 475 842,53	14 616 895,85	-3 141 053,32
Receitas correntes	9 933 498,66	11 258 990,32	-1 325 491,66	10 005 842,53	11 711 026,29	-1 705 183,76
Receitas de capital	2 470 000,00	3 304 076,23	-834 076,23	1 470 000,00	1 174 673,78	295 326,22

Despesas correntes	9 285 430,36	10 006 886,24	-721 455,88	8 275 239,20	10 241 864,00	-1 966 624,80
Despesas com o pessoal	4 440 000,00	4 254 744,48	185 255,52	4 440 000,00	3 720 326,14	719 673,86
Remunerações certas e permanentes	3 290 000,00	3 030 074,52	259 925,48	3 290 000,00	2 662 122,60	627 877,40
Abonos variáveis ou eventuais	200 000,00	234 709,40	-34 709,40	200 000,00	131 314,73	68 685,27
Segurança social	950 000,00	989 960,56	-39 960,56	950 000,00	926 888,81	23 111,19
Aquisição de bens e serviços	4 000 000,00	4 915 091,77	-915 091,77	3 000 000,00	5 392 057,17	-2 392 057,17
Aquisição de bens	1 000 000,00	1 897 414,30	-897 414,30	1 000 000,00	2 080 077,45	-1 080 077,45
Aquisição de serviços	3 000 000,00	3 017 677,47	-17 677,47	2 000 000,00	3 311 979,72	-1 311 979,72
Juros e outros encargos	93 757,42	91 269,00	2 488,42	85 239,20	72 841,14	12 398,06
Resultantes do PAEL	21 917,75	21 332,32	585,43	20 455,38	19 658,92	796,46
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	71 839,67	36 406,81	35 432,86	64 783,82	33 809,80	30 974,02
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	33 529,87	-33 529,87	0,00	19 372,42	-19 372,42
Transferências correntes	660 000,00	648 083,00	11 917,00	660 000,00	932 570,49	-272 570,49
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Freguesias	50 000,00	41 478,55	8 521,45	50 000,00	55 167,57	-5 167,57
Associações de municípios	10 000,00	28 408,56	-18 408,56	10 000,00	14 755,13	-4 755,13
Instituições sem fins lucrativos	560 000,00	532 012,20	27 987,80	560 000,00	598 220,83	-38 220,83
Famílias	0,00	11 966,70	-11 966,70	0,00	233 192,93	-233 192,93
Outras	40 000,00	34 216,99	5 783,01	40 000,00	31 234,03	8 765,97
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	90 000,00	97 697,99	-7 697,99	90 000,00	124 069,06	-34 069,06
Despesas de capital	3 087 485,46	3 485 513,95	-398 028,49	3 190 046,49	3 938 595,08	-748 548,59
Aquisição de bens de capital	2 490 000,00	2 839 619,62	-349 619,62	2 590 000,00	3 205 003,26	-615 003,26
Investimentos	2 400 000,00	2 812 974,47	-412 974,47	2 500 000,00	3 184 364,82	-684 364,82
Terrenos	0,00	39 754,00	-39 754,00	0,00	99 115,97	-99 115,97
Habitações	0,00	1 525,20	-1 525,20	0,00	24 687,95	-24 687,95
Edifícios	500 000,00	768 019,72	-268 019,72	500 000,00	316 132,90	183 867,10
Construções diversas	1 400 000,00	1 357 761,46	42 238,54	1 500 000,00	2 559 550,48	-1 059 550,48
Outros	500 000,00	645 914,09	-145 914,09	500 000,00	184 877,52	315 122,48
Locação financeira	90 000,00	26 645,15	63 354,85	90 000,00	20 638,44	69 361,56
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	85 000,00	124 000,00	-39 000,00	85 000,00	98 000,00	-13 000,00
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Freguesias	35 000,00	60 000,00	-25 000,00	35 000,00	56 000,00	-21 000,00
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	50 000,00	64 000,00	-14 000,00	50 000,00	42 000,00	8 000,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	72 624,00	-72 624,00
Passivos financeiros	512 485,46	521 894,33	-9 408,87	515 046,49	562 967,82	-47 921,33
Resultantes do PAEL	53 999,95	63 611,32	-9 611,37	55 462,32	63 611,32	-8 149,00
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	458 485,51	458 283,01	202,50	459 584,17	499 356,50	-39 772,33
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total despesa	12 371 242,88	13 492 400,19	-1 121 157,31	11 465 285,69	14 180 459,08	-2 715 173,39
Despesa corrente	9 283 757,42	10 006 886,24	-723 128,82	8 275 239,20	10 241 864,00	-1 966 624,80
Despesa de capital	3 087 485,46	3 485 513,95	-398 028,49	3 190 046,49	3 938 595,08	-748 548,59
Saldo (Receita - Despesa)	32 255,78	1 727 239,44	-1 694 983,66	10 556,84	436 436,77	-425 879,93

QUADRO III: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2015	Desvio
	2014			2015		
Dívida de Curto prazo	1 195 046	2 665 176	1 470 130	976 439	2 207 638	1 231 199
Empréstimos de CP	0	0	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	515 046	562 164	47 118	496 439	585 537	89 098
Outra	680 000	2 103 012	1 423 012	480 000	1 622 101	1 142 101
Fornecedores c/c	100 000	1 145 319	1 045 319	50 000	611 646	561 646
Fornecedores de imobilizado c/c	200 000	471 591	271 591	50 000	49 616	-384
Estado e Outros Entes Públicos	30 000	86 123	56 123	30 000	102 533	72 533
Clientes, contribuintes e utentes	0	10 183	10 183	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	350 000	389 797	39 797	350 000	858 306	508 306
Subtotal Curto prazo	1 195 046	2 665 176	1 470 130	976 439	2 207 638	1 231 199
Dívida de Médio e longo prazo	3 838 664	4 497 484	658 820	3 342 225	4 564 951	1 222 726
Empréstimos	3 838 664	4 317 659	478 995	3 342 225	4 405 765	1 063 540
No âmbito do PAEL	774 196	699 724	-74 472	718 734	636 113	-82 621
Outros empréstimos de médio/longo prazo	3 579 514	3 617 935	38 421	3 119 930	3 769 652	649 722
Outra	0	179 825	179 825	0	159 187	159 187
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	179 825	179 825	0	159 187	159 187
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e longo prazo	3 838 664	4 497 484	658 820	3 342 225	4 564 951	1 222 726
Total da dívida	5 033 710	7 162 660	2 128 950	4 318 664	6 772 589	2 453 925
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	300 000	470 532	170 532	300 000	400 965	100 965
Total da dívida de natureza orçamental	4 733 710	6 692 128	1 958 418	4 018 664	6 371 624	2 352 960

72

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP												
	Valores candidatura		2014 Valores Executados		Desvio		Valores candidatura		2015 Valores Executados		Desvio	
Descrição	2014						2015					
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP					0	0					0	0
No âmbito do PAEL	58 122	23 591	63 611	21 332	5 490	-2 258	55 462	20 455	63 611	19 659	8 149	-796
Outros empréstimos de médio/longo prazo	458 486	71 840	458 283	34 396	-203	-37 444	459 584	64 784	499 357	32 433	39 773	-32 351
Total	516 607	95 430	521 894	55 728	5 287	-39 702	515 046	85 239	562 968	52 092	47 922	-33 147

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

O Resultado Líquido do Exercício de 2015 foi positivo, no valor de **267.858,27€**, mas a conta 59 – Resultados Transitados mantém um valor negativo, pelo que o valor do RLE deverá ser integralmente transferido para a conta 59- Resultados Transitados.

7. CONTABILIDADE DE CUSTOS

No exercício de 2015, dando cumprimento ao disposto no POCAL, implementou-se um sistema de contabilidade de custos, que permitiu o apuramento dos custos do Município por Funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Os custos começaram por ser imputados às Funções, sendo classificados em diretos, indiretos e não incorporáveis. Os custos indiretos foram repartidos por todas as funções em função do coeficiente (1) definido no POCAL, os não incorporáveis não foram considerados para efeitos de imputação e finalmente os diretos foram imputados às respetivas funções.

A cada uma das funções corresponde um ou mais Bens e Serviços aos quais foram imputados os custos diretos das funções. Estes custos foram imputados de forma direta a cada um dos Bens e Serviços ou de forma indireta aos Bens e Serviços da sua Função, neste caso foram repartidos de acordo com o coeficiente (2) definido no POCAL.

Coeficiente (1) = Somatório Custos Diretos da Função/ Somatório Custos Diretos de todas as Funções

Coeficiente (2) = Somatório Custos diretos do Bem ou Serviço/ Somatório Custos diretos da Função

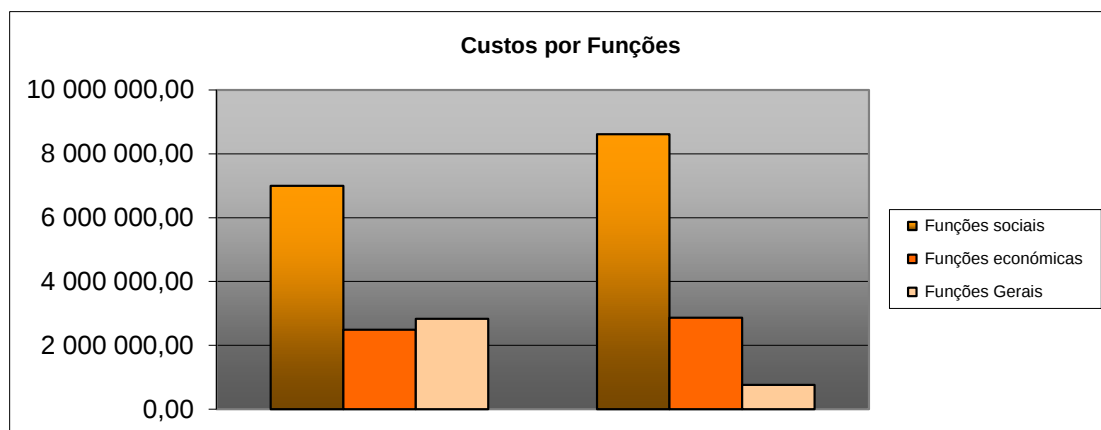
O presente capítulo apresenta e analisa a distribuição dos custos do Município por Funções.

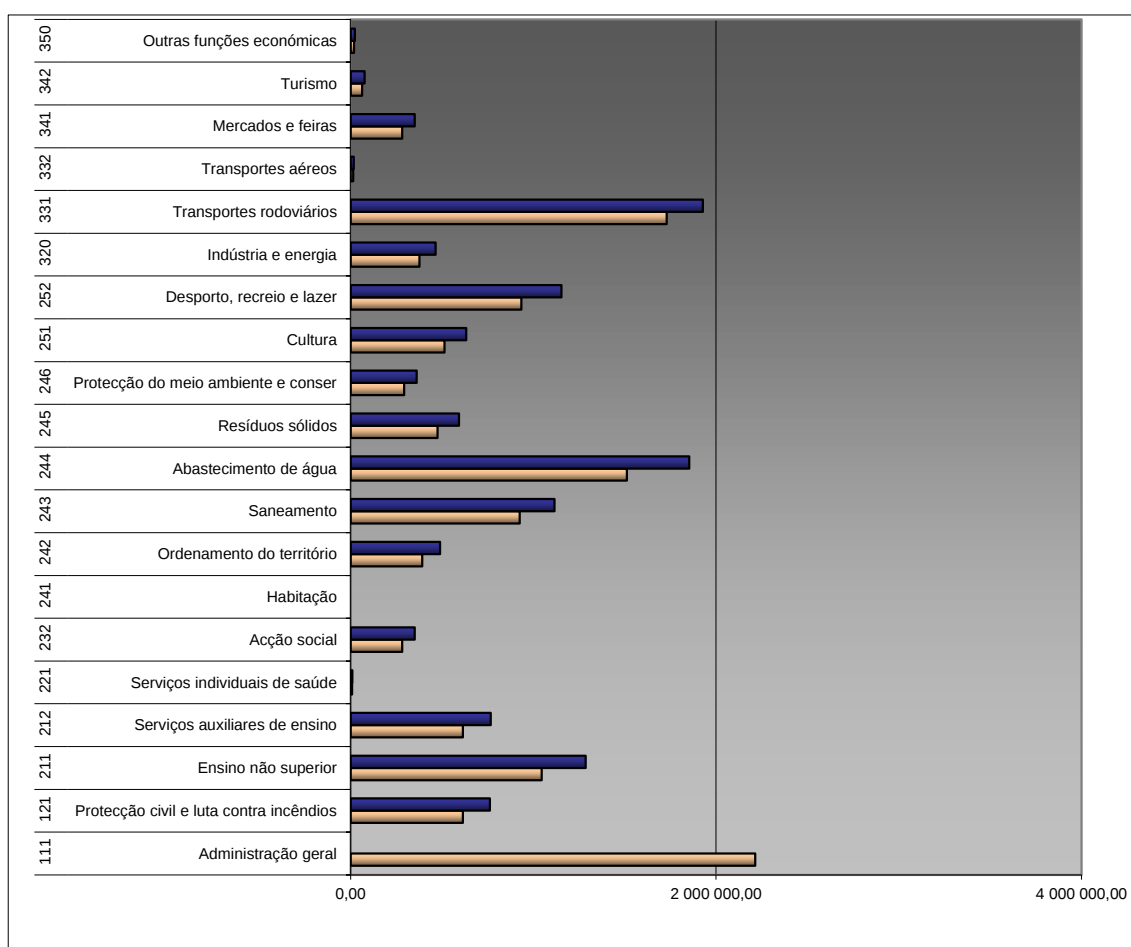
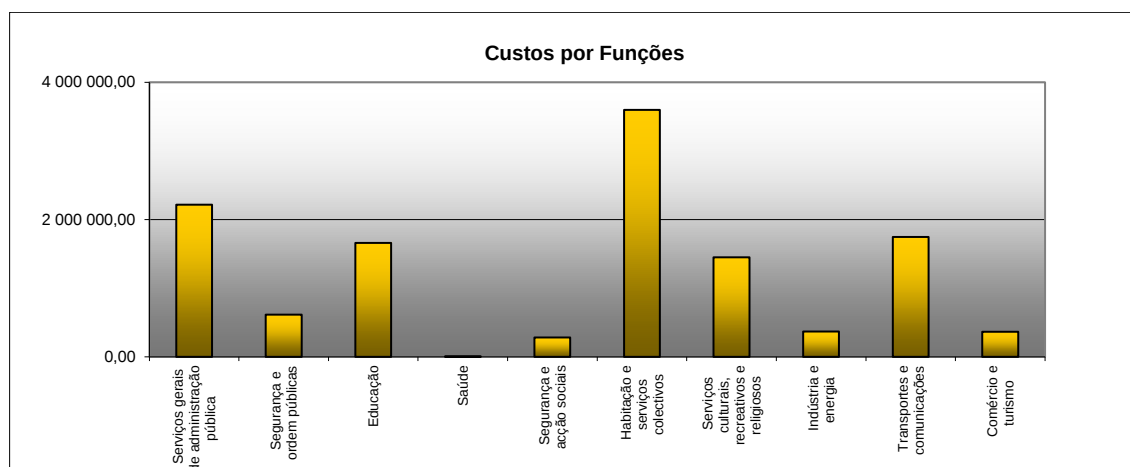
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

	Funções	Custos por Função	%	Custos por função com distribuição da Func.111	%
1	Funções Gerais	2 828 321,21	22,47	762 597,24	6,06
110	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	2 213 829,14	17,59	0,00	0,00
120	Segurança e ordem públicas				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	614 492,07	4,88	762 597,24	6,06
122	Polícia municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Funções sociais	6 996 056,63	55,59	8 615 029,88	68,45
210	Educação				
211	Ensino não superior	1 046 295,23	8,31	1 286 495,69	10,22
212	Serviços auxiliares de ensino	614 229,28	4,88	767 204,87	6,10
220	Saúde				
221	Serviços individuais de saúde	7 500,00	0,06	9 271,06	0,07
230	Segurança e acção sociais				
231	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00
232	Acção social	281 677,10	2,24	350 748,57	2,79
240	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00
242	Ordenamento do território	391 486,26	3,11	489 116,13	3,89
243	Saneamento	925 653,38	7,35	1 115 378,54	8,86
244	Abastecimento de água	1 512 147,98	12,01	1 853 963,20	14,73
245	Resíduos sólidos	475 437,71	3,78	593 877,57	4,72
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	293 711,91	2,33	361 897,85	2,88
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
251	Cultura	513 251,42	4,08	633 240,96	5,03
252	Desporto, recreio e lazer	931 756,65	7,40	1 150 261,59	9,14
253	Outras actividades cívicas e religiosas	2 909,71	0,02	3 573,86	0,03
3	Funções económicas	2 485 990,34	19,75	2 863 226,83	22,75
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	7 953,15	0,06	9 945,60	0,08
320	Indústria e energia	368 261,97	2,93	455 486,84	3,62
330	Transportes e comunicações				
331	Transportes rodoviários	1 730 309,01	13,75	1 928 446,72	15,32
332	Transportes aéreos	13 875,53	0,11	16 532,12	0,13
333	Transportes fluviais	874,51	0,01	1 095,89	0,01
340	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	282 235,08	2,24	351 527,93	2,79
342	Turismo	63 492,76	0,50	76 554,35	0,61
350	Outras funções económicas	18 988,33	0,15	23 637,37	0,19
4	Outras funções	275 450,07	2,19	344 964,31	2,74
410	Operações da dívida autárquica	30 425,83	0,24	38 607,04	0,31
420	Transferências entre administrações	174 712,68	1,39	218 546,50	1,74
430	Diversas não especificadas	70 311,56	0,56	87 810,77	0,70
	TOTAL	12 585 818,25	100,00	12 585 818,25	100,00

75

ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES





O quadro e gráficos anteriores apresentam a distribuição dos custos do Município por Funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos Municipais. Apresenta-se também, uma distribuição dos custos por Funções repartindo a Função 111, que se considera uma Função de apoio às Funções operativas, pelas outras Funções em função do peso absoluto que cada uma delas tem no valor global de custos.

Da análise dos quadros, conclui-se que as Funções Sociais representam 68,45% dos custos quando repartida a Função 111 – Administração Geral, com destaque para a Habitação e Serviços Coletivos com 35,07% dos custos e a Educação com 16,32 % dos custos. As Funções Económicas representam 22,75% dos custos. De salientar também que os custos de suporte (Função 111 – Administração Geral) representam cerca de 18% dos custos, menos de 1/5, valor que não é muito elevado, reservando mais de 80% dos custos para as funções operativas do Município.

DR(Total de Custos) (1)	13 332 485,30	
CC(custos imputados) (2)	12 585 818,25	
Custos não incorporados (1-2)	746 667,05	94,40

Os custos Municipais foram todos tratados, mas dos custos apresentados na Demonstração de Resultados o valor de € 746.667 foi considerado não incorporável por se tratar de valores relacionados com operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas Funções apresentadas.

Do valor total de € 13.332.485 de custos incorridos no ano 2015 pelo Município € 12.585.818 (94,40 %) foram custos imputados de forma direta ou indireta às respetivas Funções.

Com esta primeira análise Anual da Contabilidade de Custos cumpre-se uma obrigatoriedade legal, mas acima de tudo deixa-se o Município dotado de uma ferramenta de gestão capaz de proporcionar informação preciosa para a tomada de decisões.

A Contabilidade de Custos proporciona informação numa ótica económica, aglutinando os custos por Funções e por Bens e Serviços, mas é ao utilizador que cabe a maior responsabilidade na definição da estrutura conceptual deste tipo de contabilidade, por isso importa referir que dado este primeiro passo da implementação, só será possível aperfeiçoar esta ferramenta se todos os serviços forem chamados a participar no sentido de definir a informação relevante que importa obter.

Ao decisor Autárquico cabe a tarefa primordial de utilizar a informação produzida com o objetivo de tomar a melhor decisão maximizando a sua economia, eficiência e eficácia.

O Sistema da Contabilidade de Custos está implementado, necessita agora de ser questionado, ser posto em causa, para assim poder evoluir e disponibilizar informação que realmente interesse a quem dela precisa para assim poder tomar as melhores decisões.